



1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 12 LEI 4320

	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO c = (b - a)
RECEITA ORÇAMENTÁRIA				
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			42.574.288,55	42.574.288,55 (+)
RECEITAS CORRENTES			42.574.288,55	42.574.288,55 (+)
RECEITA PATRIMONIAL			34.538.577,19	34.538.577,19 (+)
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO			11.519,59	11.519,59 (+)
VALORES MOBILIÁRIOS			34.527.057,60	34.527.057,60 (+)
RECEITA DE SERVIÇOS			6.943.181,01	6.943.181,01 (+)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES			1.092.530,35	1.092.530,35 (+)
SUBTOTAL DAS RECEITAS			42.574.288,55	42.574.288,55 (+)
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL			2.128.183.148,90	2.128.183.148,90 (+)
COTA FINANCEIRA A RECEBER RP - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL			29.132.830,83	29.132.830,83 (+)
COTA FINANCEIRA RECEBIDA - UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO			430.322.752,25	430.322.752,25 (+)
COTA FINANCEIRA A RECEBER - UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO			63.787.301,66	63.787.301,66 (+)
MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ENTRE UNIDADES	2.707.188.824,00			
SUBTOTAL DAS COTAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.707.188.824,00		2.651.426.033,64	2.651.426.033,64 (+)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.707.188.824,00		2.694.000.322,19	2.694.000.322,19 (+)
TOTAL	2.707.188.824,00		2.694.000.322,19	2.694.000.322,19 (+)

	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS (f)	DESPESAS LIQUIDADAS (g)	DESPESAS PAGAS (h)	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e - f)
DESPESA ORÇAMENTÁRIA						
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	2.397.165.471,00	2.438.663.534,20	2.385.465.122,18	2.305.397.360,80	2.277.898.891,40	53.198.412,02 (+)
DESPESAS CORRENTES	2.327.050.471,00	2.373.190.184,83	2.320.695.280,29	2.281.376.085,70	2.253.880.843,94	52.494.904,54 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.969.450.471,00	1.999.843.227,10	1.956.060.423,40	1.956.060.423,40	1.933.016.062,25	43.782.803,70 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	357.600.000,00	373.346.957,73	364.634.856,89	325.315.662,30	320.864.781,69	8.712.100,84 (+)
DESPESAS DE CAPITAL	70.115.000,00	65.473.349,37	64.769.841,89	24.021.275,10	24.018.047,46	703.507,48 (+)
INVESTIMENTOS	55.115.000,00	55.115.000,00	54.411.492,52	24.021.275,10	24.018.047,46	703.507,48 (+)
INVERSÕES FINANCEIRAS	15.000.000,00	10.358.349,37	10.358.349,37			
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	310.023.353,00	278.525.289,80	278.525.289,80	278.041.519,05	256.692.127,85	
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	306.123.353,00	275.730.596,90	275.730.596,90	275.730.596,90	254.381.205,70	
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.900.000,00	2.794.692,90	2.794.692,90	2.310.922,15	2.310.922,15	
SUBTOTAL DAS DESPESAS	2.707.188.824,00	2.717.188.824,00	2.663.990.411,98	2.583.438.879,85	2.534.591.019,25	53.198.412,02 (+)
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	2.707.188.824,00	2.717.188.824,00	2.663.990.411,98	2.583.438.879,85	2.534.591.019,25	53.198.412,02 (+)
SUPERÁVIT			30.009.910,21			30.009.910,21 (-)
TOTAL	2.707.188.824,00	2.717.188.824,00	2.694.000.322,19	2.583.438.879,85	2.534.591.019,25	23.188.501,81 (+)



1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 12 LEI 4320

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS EM EXERC ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC ANTERIOR (b)	LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO (f) = (a+b-d-e)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	72.576.240,05	93.039.429,70	70.636.075,08	70.157.827,13	17.254.688,48	78.203.154,14	(+)
DESPESAS CORRENTES	32.562.403,86	52.818.761,97	41.492.028,73	41.081.169,96	9.738.757,78	34.561.238,09	(+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	32.562.403,86	52.818.761,97	41.492.028,73	41.081.169,96	9.738.757,78	34.561.238,09	(+)
DESPESAS DE CAPITAL	40.013.836,19	40.220.667,73	29.144.046,35	29.076.657,17	7.515.930,70	43.641.916,05	(+)
INVESTIMENTOS	39.003.237,26	40.220.667,73	29.144.046,35	29.076.657,17	7.515.930,70	42.631.317,12	(+)
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.010.598,93					1.010.598,93	(+)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	106.104,60	97.513,63	130.890,73	130.890,73	72.727,50		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.104,60	97.513,63	130.890,73	130.890,73	72.727,50		
TOTAL	72.682.344,65	93.136.943,33	70.766.965,81	70.288.717,86	17.327.415,98	78.203.154,14	(+)

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS EM EXERC ANTERIORES (a)	INSCRITOS EM 31/DEZ DO EXERC ANTERIOR (b)	PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO (e) = (a+b-c-d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		1.977,33	94.798.301,09	90.311.437,60	2.075.615,21	2.413.225,61 (+)
DESPESAS CORRENTES		1.244,42	94.798.301,09	90.310.704,69	2.075.615,21	2.413.225,61 (+)
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			90.948.041,76	88.495.220,56	39.595,59	2.413.225,61 (+)
OUTRAS DESPESAS CORRENTES		1.244,42	3.850.259,33	1.815.484,13	2.036.019,62	
DESPESAS DE CAPITAL		732,91		732,91		
INVESTIMENTOS		732,91		732,91		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)			20.507.298,64	20.507.298,64		
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			20.507.298,64	20.507.298,64		
TOTAL		1.977,33	115.305.599,73	110.818.736,24	2.075.615,21	2.413.225,61 (+)



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

BALANÇO FINANCEIRO

08/02/2023 11:35:20

RECEITA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 13 LEI 4320

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	42.574.288,55	61.442.813,12
RECEITAS CORRENTES	42.574.288,55	61.414.622,12
RECEITA PATRIMONIAL	34.538.577,19	57.796.669,88
RECEITA DE SERVIÇOS	6.943.181,01	2.806.832,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.092.530,35	811.120,24
RECEITAS DE CAPITAL		28.191,00
ALIENAÇÃO DE BENS		28.191,00
RECEBIMENTOS EXTRA-ORÇAMENTÁRIOS	1.026.829.104,90	906.930.807,39
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	48.847.860,60	115.305.599,73
INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	80.551.532,13	93.136.943,33
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	897.422.135,38	698.468.822,36
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	7.576,79	19.441,97
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	2.871.880.551,18	2.683.491.074,85
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.870.154.442,02	2.683.489.730,09
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	1.726.109,16	1.344,76
OUTRAS MOVIMENTAÇÕES		59.989.401,07
SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR	239.546.480,40	137.031.689,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	239.546.480,40	137.031.689,88
TOTAL	4.180.830.425,03	3.848.885.786,31

DESPESA

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.663.990.411,98	2.501.938.124,26
DESPESA ORÇAMENTÁRIA	2.385.465.122,18	2.229.684.633,63
ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.837.673.996,80	1.701.553.927,64
PREVIDÊNCIA SOCIAL	547.791.125,38	528.130.705,99
DESPESA INTRA ORÇAMENTÁRIA	278.525.289,80	272.253.490,63
ESSENCIAL À JUSTIÇA	278.126.606,07	271.897.377,58
PREVIDÊNCIA SOCIAL	398.683,73	356.113,05
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	996.802.997,92	846.038.121,25
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	110.818.736,24	49.198.331,00
PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	70.288.717,86	65.702.889,54
DEPÓSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS	815.695.543,82	731.136.900,71
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	239.833.039,22	261.363.060,40
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	218.728.408,38	256.497.167,12
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	21.104.630,84	4.865.893,28
SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	280.203.975,91	239.546.480,40
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	280.203.975,91	239.546.480,40
TOTAL	4.180.830.425,03	3.848.885.786,31



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL

08/02/2023 12:50:12

ATIVO

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 14 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
1	ATIVO	577.656.809,79	582.892.362,67
1.1	ATIVO CIRCULANTE	378.446.486,01	418.335.962,80
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	280.203.975,91	239.546.480,40
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	280.203.975,91	239.546.480,40
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO	280.203.975,91	239.546.480,40
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.942,05	120.700,27
1.1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	280.197.033,86	239.425.780,13
1.1.3	DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	93.308.305,85	175.284.747,27
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	285.319,26	376.587,30
1.1.3.1.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS - CONSOLIDACAO	285.319,26	376.587,30
1.1.3.1.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL	285.319,26	376.587,30
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS/DIARIAS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	285.319,26	376.587,30
1.1.3.4	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO	720,89	40.316,48
1.1.3.4.1	CRÉDITOS POR DANOS AO PATRIMÔNIO - CONSOLIDAÇÃO	720,89	40.316,48
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	720,89	720,89
1.1.3.4.1.88	OUTRAS RESPONSABILIDADES	0,00	39.595,59
1.1.3.8	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	93.022.265,70	174.867.843,49
1.1.3.8.1	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	91.549,19	34.145,01
1.1.3.8.1.08	RECURSOS PARA EXECUÇÃO DE CONVÊNIOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	6.000,00	0,00
1.1.3.8.1.08.88	RECURSOS A LIBERAR-CONVENIOS DE SAIDA DE RECURSO	6.000,00	0,00
1.1.3.8.1.10	AGENTE FINANCEIRO-CARTAO PAGAMENTO ADIANTAMENTOS	85.549,19	0,00
1.1.3.8.1.10.01	RECURSO VINCULADO-CARTAO PAGAMENTO ADIANTAMENTO A SERVIDOR	85.549,19	0,00
1.1.3.8.1.88	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER	0,00	34.145,01
1.1.3.8.2	OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - INTRA OFSS	92.930.716,51	174.833.698,48
1.1.3.8.2.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	29.143.414,85	93.322.558,99
1.1.3.8.2.02	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER-UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO/RPPS	63.787.301,66	81.511.139,49
1.1.5	ESTOQUES	4.934.204,25	3.504.735,13
1.1.5.6	ALMOXARIFADO	4.934.204,25	3.504.735,13
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDAÇÃO	4.934.204,25	3.504.735,13
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO	4.934.204,25	3.504.735,13
1.2	ATIVO NÃO CIRCULANTE	199.210.323,78	164.556.399,87
1.2.3	IMOBILIZADO	177.334.745,60	152.663.561,42
1.2.3.1	BENS MÓVEIS	135.370.801,24	108.380.849,26
1.2.3.1.1	BENS MÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	135.370.801,24	108.380.849,26
1.2.3.1.1.01	BENS MOVEIS	135.370.801,24	108.380.849,26
1.2.3.2	BENS IMÓVEIS	95.008.897,09	87.313.206,32
1.2.3.2.1	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO	95.008.897,09	87.313.206,32
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALACOES EM ANDAMENTO	94.461.667,22	86.765.976,45
1.2.3.2.1.06	INSTALACOES PENDENTES DE INCORPORACAO PATRIMONIAL - IMOVEIS	547.229,87	547.229,87
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-53.044.952,73	-43.030.494,16
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONSOLIDAÇÃO	-53.044.952,73	-43.030.494,16
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	-53.044.952,73	-43.030.494,16
1.2.4	INTANGIVEL	21.875.578,18	11.892.838,45
1.2.4.1	SOFTWARES	23.173.097,82	11.892.838,45
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	23.173.097,82	11.892.838,45
1.2.4.1.1.01	SOFTWARES	23.173.097,82	11.892.838,45
1.2.4.8	(-) AMORTIZACAO ACUMULADA	-1.297.519,64	0,00
1.2.4.8.1	(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - CONSOLIDAÇÃO	-1.297.519,64	0,00
1.2.4.8.1.01	(-) AMORTIZACAO ACUMULADA - SOFTWARES	-1.297.519,64	0,00
TOTAL DO ATIVO		577.656.809,79	582.892.362,67



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

BALANÇO PATRIMONIAL

08/02/2023 12:50:12

PASSIVO

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 14 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO	577.656.809,79	582.892.362,67
2.1	PASSIVO CIRCULANTE	80.538.429,34	144.197.513,46
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	48.205.915,02	113.528.752,95
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	6.007.234,93	59.729.758,80
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	6.007.234,93	59.729.758,80
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR	6.007.234,93	59.729.758,80
2.1.1.1.1.01.01	PESSOAL - ATIVO	6.007.234,93	59.729.758,80
2.1.1.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	19.311.787,87	32.250.705,70
2.1.1.2.1	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	19.311.787,87	32.250.705,70
2.1.1.2.1.01	BENEFÍCIOS - INATIVO	12.993.309,93	21.582.392,34
2.1.1.2.1.02	BENEFÍCIOS - PENSIONISTA	6.318.477,94	10.668.313,36
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	22.886.892,22	21.548.288,45
2.1.1.4.1	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDAÇÃO	22.886.892,22	21.548.288,45
2.1.1.4.1.01	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	22.886.892,22	21.548.288,45
2.1.1.4.1.01.01	ENCARGOS SOCIAIS - ATIVO	22.853.946,89	21.517.806,75
2.1.1.4.1.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - INATIVO	20.773,76	18.128,90
2.1.1.4.1.01.04	ENCARGOS SOCIAIS - PENSIONISTA	12.171,57	12.352,80
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.462.802,32	1.778.091,20
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	3.462.802,32	1.778.091,20
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	3.462.802,32	1.778.091,20
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR	3.462.802,32	1.778.091,20
2.1.8	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	28.869.712,00	28.890.669,31
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS	28.799.095,18	28.889.936,40
2.1.8.8.1	VALORES RESTITUIVEIS - CONSOLIDAÇÃO	28.799.095,18	28.889.936,40
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	0,00	3.503.975,41
2.1.8.8.1.02	PENSOES ALIMENTÍCIAS	188.759,33	164.019,36
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUIÇÕES/RETENÇÕES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	1.525.742,76	550.484,67
2.1.8.8.1.08	DEPOSITOS DE TERCEIROS	5.450,00	0,00
2.1.8.8.1.16	CONTRIBUIÇÕES AO RPPS/FFP-MG/FUNFIP	14.456.126,21	13.840.758,69
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	12.623.016,88	10.830.698,27
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	70.616,82	732,91
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAÇÃO	70.616,82	732,91
2.1.8.9.1.01	INVESTIMENTOS	70.616,82	732,91
2.3	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	497.118.380,45	438.694.849,21
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS	497.118.380,45	438.694.849,21
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	497.118.380,45	438.694.849,21
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	-17.323.540.197,98	-15.028.179.554,13
2.3.7.1.1.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-2.295.360.643,85	-2.071.807.575,28
2.3.7.1.1.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-15.028.179.554,13	-12.956.371.978,85
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	17.820.846.606,67	15.466.971.504,49
2.3.7.1.2.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	2.353.875.102,18	2.149.972.037,45
2.3.7.1.2.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15.466.971.504,49	13.316.999.467,04
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	-154.828,24	-97.101,15
2.3.7.1.3.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-57.727,09	-73.760,08
2.3.7.1.3.02	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-97.101,15	-23.341,07
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	-33.200,00	0,00
2.3.7.1.5.01	SUPERÁVITS OU DÉFICITS DO EXERCÍCIO	-33.200,00	0,00
TOTAL DO PASSIVO		577.656.809,79	582.892.362,67



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

08/02/2023 12:50:12

BALANÇO PATRIMONIAL

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - (LEI Nº 4.320/1964)

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 14 LEI 4320

TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO	373.511.560,87	414.790.911,19
ATIVO PERMANENTE	204.145.248,92	168.101.451,48
TOTAL DO ATIVO	577.656.809,79	582.892.362,67
PASSIVO		
PASSIVO FINANCEIRO	238.814.867,66	310.016.801,44
TOTAL DO PASSIVO	238.814.867,66	310.016.801,44
SALDO PATRIMONIAL	338.841.942,13	272.875.561,23

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - (LEI Nº 4.320/1964)

TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	29.545.651,71	22.664.955,89
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS ATIVOS	29.545.651,71	22.664.955,89
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	320.186,64	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	589.326.350,25	509.306.805,39
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS PASSIVOS	589.646.536,89	509.306.805,39



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

08/02/2023 13:00:22

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
4	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	3.036.247.571,38	2.780.804.601,34
4.3	EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	6.954.700,60	47.831.207,80
4.3.3	EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	6.954.700,60	47.831.207,80
4.3.3.1	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	6.954.700,60	47.831.207,80
4.3.3.1.1	VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONSOLIDAÇÃO	6.954.700,60	47.831.207,80
4.3.3.1.1.01	RECEITAS IMOBILIÁRIAS - ALUGUEIS/FOROS E LAUDEMÍOS	11.519,59	0,00
4.3.3.1.1.02	RECEITAS COM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	6.943.181,01	2.806.832,00
4.3.3.1.1.88	OUTRAS RECEITAS IMOBILIÁRIAS	0,00	45.024.375,80
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	34.534.634,39	12.791.736,05
4.4.4	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	7.576,79	19.441,97
4.4.4.1	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	7.576,79	19.441,97
4.4.4.1.1	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS - CONSOLIDAÇÃO	7.576,79	19.441,97
4.4.4.1.1.01	DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS	7.576,79	19.441,97
4.4.5	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	34.527.057,60	12.772.294,08
4.4.5.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	34.527.057,60	12.772.294,08
4.4.5.1.1	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - CONSOLIDAÇÃO	34.527.057,60	12.772.294,08
4.4.5.1.1.01	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS	34.527.057,60	12.772.294,08
4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.871.880.551,18	2.683.491.074,85
4.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.871.880.551,18	2.683.491.074,85
4.5.1.1	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2.870.154.442,02	2.683.489.730,09
4.5.1.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	2.870.154.442,02	2.683.489.730,09
4.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA	2.558.612.869,52	2.382.479.139,67
4.5.1.1.2.01.01	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	2.128.183.148,90	1.993.003.460,12
4.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	106.968,37	0,00
4.5.1.1.2.01.04	COTA FINANCEIRA RECEBIDA PAGAMENTO DE INATIVO-RPFS/FFP-MG/FUNFIP	430.322.752,25	389.475.679,55
4.5.1.1.2.02	REPASSES RECEBIDOS	-511,03	0,00
4.5.1.1.2.02.99	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS	-511,03	0,00
4.5.1.1.2.02.99.01	(-) RESTITUIÇÃO DE REPASSES RECEBIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-511,03	0,00
4.5.1.1.2.04	CRÉDITOS FINANCEIRO RECEBIDO	92.920.132,49	104.502.824,37
4.5.1.1.2.04.01	CRÉDITO FINANCEIRO A RECEBER UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	29.132.830,83	22.991.684,88
4.5.1.1.2.04.02	CRÉDITOS A RECEBER-RESTOS A PAGAR-UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO	63.787.301,66	81.511.139,49
4.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	218.621.951,04	196.507.766,05
4.5.1.1.2.99.02	OPERAÇÕES FINANCEIRAS ATIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	218.620.888,18	196.507.766,05
4.5.1.1.2.99.99	CANCELAMENTO DE COTA FINANCEIRA	1.062,86	0,00
4.5.1.1.2.99.99.03	CANCELAMENTO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	1.062,86	0,00
4.5.1.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	1.726.109,16	1.344,76
4.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS INDEPENDENTES DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	1.726.109,16	1.344,76
4.5.1.2.2.01	CRÉDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	1.726.109,16	1.344,76
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.971.844,97	1.645.298,01
4.6.3	GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.971.844,97	1.645.298,01
4.6.3.9	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	1.971.844,97	1.645.298,01
4.6.3.9.1	OUTROS GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO	1.971.844,97	1.645.298,01
4.6.3.9.1.01	INCORPORAÇÃO DE ESTOQUES	1.843.192,62	1.339.106,97
4.6.3.9.1.03	INCORPORAÇÃO DE BENS MOVEIS	128.652,35	306.191,04
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	120.905.840,24	35.045.284,63
4.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	120.905.840,24	35.045.284,63
4.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	5.838,11	50.379,98
4.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDAÇÃO	5.838,11	50.379,98
4.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	5.838,11	50.379,98
4.9.9.6	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	812.736,76	794.885,27
4.9.9.6.1	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO	812.736,76	794.885,27
4.9.9.6.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	812.736,76	794.885,27



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

08/02/2023 13:00:22

VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
4.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	120.087.265,37	34.200.019,38
4.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	5.210.131,57	572.009,11
4.9.9.9.1.06	INSCRIÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE DIREITOS	0,00	39.595,59
4.9.9.9.1.09	REVERSAO DE DEPRECIACAO/AMORTIZACAO/EXAUSTAO E REAVALIACAO DE BENS	2.860.560,88	529.729,39
4.9.9.9.1.77	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - BALANCO FINANCEIRO	2.075.615,21	2.684,13
4.9.9.9.1.77.01	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA FATOS DIVERSOS BALANCO FINANCEIRO	2.075.615,21	2.684,13
4.9.9.9.1.77.01.04	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B.F.	2.075.615,21	2.684,13
4.9.9.9.1.99	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	273.955,48	0,00
4.9.9.9.2	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	114.877.133,80	33.628.010,27
4.9.9.9.2.88	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	114.877.133,80	33.628.010,27
4.9.9.9.2.88.02	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	114.877.133,80	33.628.010,27
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		3.036.247.571,38	2.780.804.601,34
TOTAL GERAL		3.036.247.571,38	2.780.804.601,34



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

08/02/2023 13:00:22

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
3	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	2.977.824.040,14	2.702.713.899,25
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.896.482.809,30	1.782.519.040,04
3.1.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL	1.116.931.327,25	1.021.911.586,22
3.1.1.3	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO MILITAR	2.191.083,09	2.220.943,98
3.1.1.3.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO MILITAR - CONSOLIDACAO	2.191.083,09	2.220.943,98
3.1.1.3.1.01	PESSOAL ATIVO- MILITAR	2.191.083,09	2.220.943,98
3.1.1.9	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	1.114.740.244,16	1.019.690.642,24
3.1.1.9.1	REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO	1.114.740.244,16	1.019.690.642,24
3.1.1.9.1.01	PESSOAL ATIVO	1.114.740.244,16	1.019.690.642,24
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS	294.611.326,56	280.746.373,39
3.1.2.5	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	7.932.749,72	2.996.023,60
3.1.2.5.1	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA - CONSOLIDACAO	7.932.749,72	2.996.023,60
3.1.2.5.1.01	CONTRIBUICOES A ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDENCIA	7.932.749,72	2.996.023,60
3.1.2.9	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	286.678.576,84	277.750.349,79
3.1.2.9.1	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - CONSOLIDAÇÃO	10.947.979,94	7.592.406,00
3.1.2.9.1.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	10.947.979,94	7.592.406,00
3.1.2.9.2	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS - INTRA OFSS	275.730.596,90	270.157.943,79
3.1.2.9.2.01	OUTROS ENCARGOS PATRONAIS	275.730.596,90	270.157.943,79
3.1.9	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	484.940.155,49	479.861.080,43
3.1.9.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	735.578,14	1.739.353,72
3.1.9.1.1	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS - CONSOLIDAÇÃO	735.578,14	1.739.353,72
3.1.9.1.1.01	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - TRABALHISTAS	735.578,14	1.739.353,72
3.1.9.9	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS	484.204.577,35	478.121.726,71
3.1.9.9.1	OUTRAS VPD DE PESSOAL E ENCARGOS - CONSOLIDACAO	484.204.577,35	478.121.726,71
3.1.9.9.1.01	OUTRAS OBRIGACOES TRABALHISTAS	484.204.577,35	478.121.726,71
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	342.868.359,69	316.895.724,04
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS	255.537.335,52	236.419.525,76
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS	255.537.335,52	236.419.525,76
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDAÇÃO	255.537.335,52	236.419.525,76
3.2.1.1.1.01	APOSENTADORIAS - RPPS	255.537.335,52	236.419.525,76
3.2.2	PENSÕES	79.770.875,48	73.819.872,36
3.2.2.9	OUTRAS PENSÕES	79.770.875,48	73.819.872,36
3.2.2.9.1	OUTRAS PENSÕES - CONSOLIDAÇÃO	79.770.875,48	73.819.872,36
3.2.2.9.1.01	OUTRAS PENSÕES	79.770.875,48	73.819.872,36
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	7.560.148,69	6.656.325,92
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS	7.560.148,69	6.656.325,92
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS ASSISTENCIAIS - CONSOLIDACAO	7.560.148,69	6.656.325,92
3.2.9.9.1.01	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	7.560.148,69	6.656.325,92
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	244.817.300,86	188.213.985,10
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO	6.852.363,48	6.279.214,10
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL	6.852.363,48	6.279.214,10
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDAÇÃO	6.852.363,48	6.279.214,10
3.3.1.1.1.01	CONSUMO DE MATERIAL/MEDICAMENTOS	6.852.363,48	6.279.214,10
3.3.2	SERVIÇOS	223.792.398,29	170.322.132,22
3.3.2.1	DIÁRIAS	8.018.953,93	6.538.701,79
3.3.2.1.1	DIÁRIAS - CONSOLIDAÇÃO	8.018.953,93	6.538.701,79
3.3.2.1.1.01	DIARIAS DE VIAGEM-PESSOAL CIVIL/MILITAR	8.018.953,93	6.538.701,79
3.3.2.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PF	39.608.978,96	30.514.479,25
3.3.2.2.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDAÇÃO	39.608.978,96	30.514.479,25
3.3.2.2.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PF	39.608.978,96	30.514.479,25
3.3.2.3	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	176.164.465,40	133.268.951,18
3.3.2.3.1	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDAÇÃO	173.723.508,91	131.272.900,29



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

08/02/2023 13:00:22

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
3.3.2.3.1.01	SERVICOS TERCEIROS - PJ	173.723.508,91	131.272.900,29
3.3.2.3.2	SERVIÇOS TERCEIROS - PJ - INTRA OFSS	2.440.956,49	1.996.050,89
3.3.2.3.2.01	SERVICOS TERCEIROS - PJ	2.440.956,49	1.996.050,89
3.3.3	DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	14.172.539,09	11.612.638,78
3.3.3.1	DEPRECIACÃO	12.875.019,45	11.612.638,78
3.3.3.1.1	DEPRECIACÃO - CONSOLIDACÃO	12.875.019,45	11.612.638,78
3.3.3.1.1.01	BENS MÓVEIS	12.875.019,45	11.612.638,78
3.3.3.2	AMORTIZACÃO	1.297.519,64	0,00
3.3.3.2.1	AMORTIZACÃO - CONSOLIDACÃO	1.297.519,64	0,00
3.3.3.2.1.01	AMORTIZACAO - INTANGIVEL	1.297.519,64	0,00
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	23.121,31	8.084,72
3.4.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA	23.121,31	8.084,72
3.4.2.3	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	23.121,31	8.084,72
3.4.2.3.1	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - CONSOLIDACÃO	23.121,31	6.203,45
3.4.2.3.1.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	23.121,31	6.203,45
3.4.2.3.2	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS - INTRA OFSS	0,00	1.881,27
3.4.2.3.2.01	JUROS E ENCARGOS DE MORA DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	0,00	1.881,27
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	239.866.239,22	261.363.060,40
3.5.1	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	239.833.039,22	261.363.060,40
3.5.1.1	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA	218.728.408,38	256.497.167,12
3.5.1.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUCAO ORCAMENTARIA - INTRA OFSS	218.728.408,38	256.497.167,12
3.5.1.1.2.01	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA	106.968,37	0,00
3.5.1.1.2.01.02	COTA FINANCEIRA CONCEDIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	106.968,37	0,00
3.5.1.1.2.02	REPASSES CONCEDIDOS	-511,03	0,00
3.5.1.1.2.02.99	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS	-511,03	0,00
3.5.1.1.2.02.99.01	(-) DEVOLUCAO DE REPASSES CONCEDIDOS RECURSOS DO TESOURO ESTADUAL	-511,03	0,00
3.5.1.1.2.99	OUTRAS MOVIMENTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	218.621.951,04	256.497.167,12
3.5.1.1.2.99.02	OPERACOES FINANCEIRAS PASSIVAS ENTRE UNIDADES SETORIAIS	218.620.888,18	256.497.167,12
3.5.1.1.2.99.99	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA	1.062,86	0,00
3.5.1.1.2.99.99.03	RESTITUICAO COTA FINANCEIRA RECEBIDA UNIDADE FINANCEIRA ORGAO	1.062,86	0,00
3.5.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORCAMENTARIA	21.104.630,84	4.865.893,28
3.5.1.2.2	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	21.104.630,84	4.865.893,28
3.5.1.2.2.01	CREDITO FINANCEIRO UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	21.104.630,84	4.865.893,28
3.5.2	TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	33.200,00	0,00
3.5.2.4	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS	33.200,00	0,00
3.5.2.4.5	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	33.200,00	0,00
3.5.2.4.5.88	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA DECORRENTE DE FATOS GERADORES DIVERSOS	33.200,00	0,00
3.5.2.4.5.88.02	CONCESSAO DE AUXILIOS/CONTRIBUICOES	33.200,00	0,00
3.7	TRIBUTÁRIAS	432.996,09	412.278,90
3.7.1	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	375.269,00	338.518,82
3.7.1.1	IMPOSTOS	282.172,79	257.509,89
3.7.1.1.1	IMPOSTOS - CONSOLIDACÃO	282.172,79	257.509,89
3.7.1.1.1.01	IMPOSTOS	282.172,79	257.509,89
3.7.1.2	TAXAS	93.096,21	81.008,93
3.7.1.2.1	TAXAS - CONSOLIDACAO	93.096,21	81.008,93
3.7.1.2.1.01	TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	93.096,21	81.008,93
3.7.2	CONTRIBUIÇÕES	57.727,09	73.760,08
3.7.2.1	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	57.727,09	73.760,08
3.7.2.1.3	CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - INTER OFSS - UNIÃO	57.727,09	73.760,08
3.7.2.1.3.01	CONTRIBUICOES SOCIAIS	57.727,09	73.760,08
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	253.333.213,67	153.301.726,05
3.9.9	DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	253.333.213,67	153.301.726,05



DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

08/02/2023 13:00:22

VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ANEXO 15 LEI 4320

CÓDIGO	TÍTULO	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
3.9.9.5	MULTAS ADMINISTRATIVAS	3.549,29	2.549,31
3.9.9.5.1	MULTAS ADMINISTRATIVAS - CONSOLIDACAO	3.549,29	2.549,31
3.9.9.5.1.01	MULTAS ADMINISTRATIVAS	3.549,29	2.549,31
3.9.9.6	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS	1.775.639,79	1.865.452,61
3.9.9.6.1	INDENIZACOES, RESTITUICOES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDACAO	1.775.639,79	1.865.452,61
3.9.9.6.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.775.639,79	1.865.452,61
3.9.9.9	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	251.554.024,59	151.433.724,13
3.9.9.9.1	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - CONSOLIDAÇÃO	136.676.034,40	117.805.612,81
3.9.9.9.1.06	BAIXA DE BENS E DIREITOS	4.685.188,78	1.574.381,56
3.9.9.9.1.77	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - BALANCO FINANCEIRO	34.145,01	0,00
3.9.9.9.1.77.01	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA FATOS DIVERSOS BALANCO FINANCEIRO	34.145,01	0,00
3.9.9.9.1.77.01.01	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA - CREDITOS EM CIRCULACAO B.F	34.145,01	0,00
3.9.9.9.1.88	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	131.956.700,61	116.231.231,25
3.9.9.9.1.88.03	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	131.956.700,61	116.231.231,25
3.9.9.9.2	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	114.877.990,19	33.628.111,32
3.9.9.9.2.88	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA OFSS	114.877.990,19	33.628.111,32
3.9.9.9.2.88.02	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES	114.877.990,19	33.628.111,32
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		2.977.824.040,14	2.702.713.899,25
RESULTADO PATRIMONIAL - SUPERÁVIT VERIFICADO		58.423.531,24	78.090.702,09
TOTAL GERAL		3.036.247.571,38	2.780.804.601,34



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

08/02/2023 12:45:20

QUADRO - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
INGRESSOS	2.708.448.474,87	2.456.673.177,39
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	42.574.288,55	61.414.622,12
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RP	2.513.121.766,81	2.329.671.020,58
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	152.752.419,51	65.587.534,69
DESEMBOLSOS	2.660.644.069,80	2.325.316.708,02
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	2.382.438.460,02	2.053.160.731,02
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	278.205.609,78	272.155.977,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	47.804.405,07	131.356.469,37
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS	45.384.134,34	52.836.310,09
ALIENAÇÃO DE BENS		28.191,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA/RP	45.384.134,34	52.808.119,09
DESEMBOLSOS	52.531.043,90	81.677.988,94
AQUISIÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE	52.506.095,36	81.381.103,54
OUTROS DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTOS	24.948,54	296.885,40
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	-7.146.909,56	-28.841.678,85
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	40.657.495,51	102.514.790,52
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL (1)	239.546.480,40	137.031.689,88
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL (2)	280.203.975,91	239.546.480,40
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO (2 - 1)	40.657.495,51	102.514.790,52

QUADRO - RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS		
RECEITA PATRIMONIAL	11.519,59	45.024.375,80
RECEITA DE SERVIÇOS	6.943.181,01	2.806.832,00
REMUNERAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES	34.527.057,60	12.772.294,08
OUTRAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	1.092.530,35	811.120,24
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	42.574.288,55	61.414.622,12



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA CENTRAL DE CONTADORIA GERAL

BALANÇO DE 2022

08/02/2023 12:45:20

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
QUADRO - TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

1091 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
INTERGOVERNAMENTAIS	33.200,00	
MUNICÍPIOS	33.200,00	
INTRAGOVERNAMENTAIS	278.172.409,78	272.155.977,00
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	278.205.609,78	272.155.977,00

QUADRO - DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

T Í T U L O	EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2021
ESSENCIAL À JUSTIÇA	1.771.382.714,00	1.592.870.247,41
PREVIDÊNCIA SOCIAL	547.791.125,38	528.130.705,99
PAGAMENTO RPP - FOLHA	109.057.310,05	45.688.530,57
DESPESAS DE PESSOAL A PAGAR **	-45.792.689,41	-113.528.752,95
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	2.382.438.460,02	2.053.160.731,02

** REFERE-SE AO RPP DE PESSOAL QUE É CONSIDERADO PAGO NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Prestação de Contas Anual

Exercício: 2021

Decisão Normativa nº 01/2022

Declaro que as Demonstrações Contábeis refletem a adequada situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Procuradoria-Geral de Justiça Unidade Orçamentária 1091 Unidade Executora 1090001 – Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Certifico a exatidão da movimentação contábil evidenciada conforme informações contidas em Notas Explicativas.

Belo Horizonte, 18 de maio 2022.

Letícia Mara de Souza Silva

Coordenadora

Diretoria de Contabilidade

CRC/MG 101.600

MAMP 6138-00

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais apresenta as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) do exercício 2022, comparativas ao exercício 2021, quando aplicável.

As Notas Explicativas, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), têm o objetivo de prestar informações adicionais àquelas apresentadas nos quadros das Demonstrações Contábeis e são consideradas partes integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

As Notas foram redigidas com a finalidade de proporcionar melhor entendimento, buscando acurar o processo de transparência da gestão pública.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Ministério Público é uma instituição responsável pela defesa de direitos dos interesses sociais e individuais indisponíveis, trabalha para que a lei seja fielmente cumprida. Para tanto, possui autonomia funcional, administrativa e financeira, proporcionando-lhe independência.

A Procuradoria-Geral de Justiça é órgão que integra a administração superior do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) que tem, em sua estrutura, as Procuradorias e Promotorias de Justiça.

O Sistema Contábil utilizado pela Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais é o SIAFI/MG – Sistema Integrado de Administração Financeira de Minas Gerais. Este sistema é gerido pela Superintendência Central de Contabilidade Governamental da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais –

SCCG/SEFMG e vem passando por reestruturação a fim de atender às Normas Internacionais de Contabilidade, conforme a Portaria N. 184/2008 do Ministério da Fazenda, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao Setor Público, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Em virtude da adequação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público às Normas Gerais e Internacionais, a PGJMG, através da Superintendência de Finanças e, principalmente da Diretoria de Contabilidade, vem empenhando esforços a fim de cumprir as novas exigências e espera-se que brevemente todos os bens e direitos da Instituição estejam devidamente evidenciados em suas Demonstrações Contábeis. Importante salientar que, em alguns casos, depara-se com a limitação de avanços na adequação às citadas normas, tendo em vista que toda e qualquer alteração deve ser realizada no SIAFIMG, que é gerido pela SCCG/SEFMG.

A seguir apresentam-se as Notas Explicativas, redigidas pela Diretoria de Contabilidade, sobre as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), elaboradas pela Superintendência Central de Contabilidade Governamental da Secretaria do Estado de Fazenda de Minas Gerais, compostas pelos demonstrativos exigidos pela Lei n. 4.320/1964 e pelos enumerados nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCTSP.

2. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas com propósito de fornecer informações sobre a situação patrimonial, desempenho e fluxo de caixa em conformidade com a legislação aplicável, destacando-se a Lei nº 4.320/1964 e as exigências contidas na NBCT 16.6.

Assim, estas Demonstrações Contábeis são compostas de:

- Balanço Orçamentário;
- Balanço Financeiro;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração das Variações Patrimoniais e
- Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário, segundo o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, evidencia a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento, ou seja, confronta o orçamento inicial e as suas alterações com os valores executados, demonstrando o resultado orçamentário.

O orçamento do Ministério Público de Minas Gerais para o exercício de 2022 foi composto por três programas de trabalho, executados por seis ações alocadas aos Programas do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2020-2023, conforme descrito no quadro a seguir:

PROGRAMA PPA	AÇÕES
703 - PROCESSO JUDICIÁRIO	Direção Administrativa
	Direção da Política Institucional
	Operacionalização das Atrib. Instit. do Ministério Público
714 - AQUISIÇÃO, CONSTRUÇÃO, REPAROS DE BENS IMÓVEIS	Construção, Ampliação e Reforma De Sedes Próprias
705 - APOIO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS	Proventos de Inativos Cíveis e Pensionistas
	Precatórios e Sentenças Judiciárias

A execução das despesas em relação ao Crédito Autorizado Final pode ser analisada através do Balanço Orçamentário, conforme o quadro abaixo, assim como no Demonstrativo da Composição da Despesa Autorizada e do Comparativo da Despesa

Autorizada com a Realizada, anexos aos relatórios constantes da prestação de contas anual.

2.1.1. Execução das Despesas

O orçamento inicial previsto de R\$2.707.188.824,00 foi reajustado para R\$2.717.188.824,00, por meio da Lei Estadual nº 24.208, de 08/07/2022, e do Decreto com Numeração Especial 791, de 07/12/2022, assim distribuído:

EXECUÇÃO POR PROJETO/ATIVIDADE					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		CRÉDITO AUTORIZADO - DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESA EMPENHADA - REALIZADA	VARIAÇÃO	
03062703 4493-0001	OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	906.491.184,00	903.553.872,88	2.937.311,12	99%
03062714 1064-0001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE SEDES PRÓPRIAS	27.358.349,37	27.358.290,10	59,27	100%
03122701 2009-0001	DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	1.174.850.650,63	1.172.322.927,42	2.527.723,21	100%
03122701 2028-0001	DIREÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL	16.815.000,00	12.565.512,47	4.249.487,53	75%
09272702 7006-0001	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	591.672.640,00	548.189.809,11	43.482.830,89	93%
28846702 7004-0001	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00%
TOTAL		2.717.188.824,00	2.663.990.411,98	53.198.412,02	98%

A PGJMG executou 98% do total do Crédito Autorizado Atualizado – Dotação Atualizada, sendo que dentre as de potenciais relevâncias, a maior economia orçamentária ocorreu nas atividades de PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS, já o menor percentual de execução foi na DIREÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL, que pode ser justificado na medida em que se trata de recursos arrecadados diretamente pela PGJ, ou seja, os valores não utilizados estarão disponíveis nos exercícios subsequentes.

Quanto à economia orçamentária total, na ordem de R\$53.198.412,02, mostra-se satisfatória, evidenciando uma gestão administrativa eficiente e eficaz, uma vez que, de acordo com o Relatório da Diretoria de Orçamento do MPMG, SEI 19.16.0019.0007514/2023-37, toda a programação foi realizada durante o exercício.

EXECUÇÃO POR PROJETO/ATIVIDADE					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA		DESPESA EMPENHADA 2022	DESPESA EMPENHADA 2021	VARIAÇÃO	
0306270 34493- 0001	OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	903.553.872,88	847.584.702,00	55.969.170,88	7%
0306271 41064- 0001	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE SEDES PRÓPRIAS	27.358.290,10	42.000.000,00	-14.641.709,90	-35%
0312270 12009- 0001	DIREÇÃO ADMINISTRATIVA	1.172.322.927,42	1.068.910.443,00	103.412.484,42	10%
0312270 12041- 0001	DIREÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL	12.565.512,47	14.956.160,22	-2.390.647,75	-16%
0927270 27006- 0001	PROVENTOS DE INATIVOS CIVIS E PENSIONISTAS	548.189.809,11	528.486.819,04	19.702.990,07	4%
2884670 27004- 0001	PRECATÓRIOS E SENTENÇAS JUDICIÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL		2.663.990.411,98	2.501.938.124,26	162.052.287,72	6%

No quadro acima, podemos observar um pequeno aumento nas despesas empenhadas em relação ao ano anterior.

As maiores variações apresentadas ocorreram nas FUNÇÕES OPERACIONALIZAÇÃO DAS FUNÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO e DIREÇÃO ADMINISTRATIVA, que, juntas, representaram mais de 98% da majoração das despesas, motivada pela nomeação de novos membros, pagamento de plantões realizados e valores atrasados referentes a Adicionais de Tempo de Serviço, Parcela Autônoma de Equivalência e URV, além do crescimento natural das despesas de manutenção administrativa que seguem a inflação, tal como reajuste de aluguéis e valores pagos em contratos de serviço de caráter continuado.

Outra variação que merece destaque é a redução apresentada em CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE SEDES PRÓPRIAS, no montante de R\$14.641.709,90 e na DIREÇÃO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL, que apresentou queda de 35% em relação ao ano de 2021, justificada pela desapropriação, naquele ano, do Edifício BMG, sito à Avenida Alvares Cabral, nº 1707 e Rua Santos Barreto, nº 191, bairro Santo Agostinho em Belo Horizonte/MG, conforme Decreto NE Nº 435, de 28 de outubro de 2021.

CLASSIFICAÇÃO POR CATEGORIA ECONÔMICA DA DESPESA				
GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA	DESPESA EMPENHADA 2022	DESPESA EMPENHADA 2021	VARIAÇÃO	
Pessoal e Encargos Sociais	2.231.791.020,3	2.092.758.438,16	139.032.582,14	6%
Outras Despesas Correntes	367.429.549,79	326.079.686,10	41.349.863,69	11%
Investimentos	54.411.492,52	43.600.000,00	10.811.492,52	20%
Inversões Financeiras	10.358.349,37	39.500.000,00	-29.141.650,63	-281%
TOTAL	2.663.990.411,98	2.501.938.124,26	162.052.287,72	6%

O aumento de 6% nas despesas com *PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS*, comparado a 2021, é decorrente do crescimento da folha de pagamento de membros

e servidores, além do pagamento de verbas e direitos em atraso. Importante ressaltar que, apesar dos aumentos apresentados na rubrica, a despesa total com pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça, calculada de acordo com os parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal, foi, em 2022, 1,57% da Receita Corrente Líquida Arrecadada pelo Estado, demonstrando estar abaixo do estipulado pela Lei.

Já o aumento apresentado em OUTRAS DESPESAS CORRENTES, que são compostas por auxílios (saúde, alimentação/lanche e creche) e pela manutenção da estrutura administrativa e dos serviços do órgão e em INVESTIMENTOS, deu-se pela correção inflacionária acumulada do período.

O valor registrado em INVERSÕES FINANCEIRAS, no exercício de 2022, decorre da desapropriação de 32 salas do 15º e 16º andares e o 17º andar do imóvel sito à Avenida Augusto de Lima, número 1.568, bairro Barro Preto no Município de Belo Horizonte/ MG, conforme Decreto 818 de 14/12/2022 publicado no Diário Oficial de Minas Gerais - DOMG em 29/10/2021.

Importante salientar que do orçamento da Procuradoria-Geral de Justiça, Unidade orçamentária - UO 1091, o valor de R\$139.044,99 foi executado através da Unidade Executora – UE 1090024, criada para execução do Termo de Descentralização de Recursos 065/2021, sendo o órgão gerenciador do crédito a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais(SEPLAG), cujo objeto é a contratação de 2 (dois) postos de trabalho de frentistas da MGS – Minas Gerais Administração e Serviços S.A, para atuação em postos próprios de combustíveis do Estado e que integram a rede da Gestão Total dos Abastecimentos.

2.1.2. Restos a Pagar

Das despesas executadas no exercício de 2022, foram inscritos R\$158.276.438,32 em RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (RPNP), valor decorrente de contratos firmados pelo MPMG englobando serviços, fornecimento e execução de obras. Deste, R\$77.724.906,19 referem-se a restos a pagar de exercícios anteriores, que ainda não alcançaram o estágio de liquidação e foram mantidos para o exercício de 2022, conforme quadro a seguir:

COMPOSIÇÃO RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS	
2016	491.196,86
2017	100.030,74
2018	618.705,39
2019	4.154.274,59
2020	39.894.833,38
2021	32.465.865,23
2022	80.551.532,13
TOTAL	158.276.438,32

A Comissão instituída pelo Procurador-Geral de Justiça, através da Portaria nº 3.901 de 26/10/2022, responsável por inventariar os Restos a Pagar Não Processados RPNP, conforme processo SEI 19.16.3850.0139823/2022-69, fez a análise em dois períodos: 30/10/2022 e 31/12/2021. Para certificar foi encaminhada planilha detalhada à Diretoria de Orçamento a fim de ratificação da necessidade de manutenção dos saldos para 2023. A Comissão, por amostragem, também entrou em contato diretamente com alguns fiscais de contrato, identificando em seu relatório conclusivo, a existência de saldos insubsistentes inscritos em Restos a Pagar Não Processados, no valor de R\$1.558,27, cancelados pela Diretoria de Orçamento em 04/04/2023.

Assim, após os cancelamentos sugeridos o saldo conciliado de RPNP é de R\$158.274.880,05, desde valor R\$ R\$20.866,37 pertencem a UE 1090024.

Dos R\$115.307.577,06 inscritos em RESTOS A PAGAR PROCESSADOS (RPP) para o exercício de 2022, R\$2.413.225,61 ainda aguardam pagamento. Para o exercício de 2023 foram inscritos R\$51.739,334,16 em RPP, sendo que 93% desse valor referem-se a Pessoal, Encargos e auxílios devidos a membros e servidores do MPMG, conforme quadro abaixo:

COMPOSIÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	
2021 – Fornecedores e Contas a Pagar	2.891.473,56
2022 – Pessoal, encargos e auxílios a pagar	48.205.915,02
2022 – Fornecedores e Contas a Pagar	641.945,58
TOTAL	51.739.334,16

A Comissão também analisou os Restos a Pagar Processados certificando os saldos, que, do total, R\$ R\$9.960,15 são obrigações do TDCO 065/2021 já quitadas em 2023.

POSIÇÃO RESTOS A PAGAR TRANSFERIDOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE				
	2022	2021	Variação	
Restos a Pagar não Processados	158.276.438,32	165.819.287,98	-7.542.849,66	-5%
Restos a Pagar Processados	51.739.334,16	115.307.577,06	-63.568.242,90	-55%
TOTAL	210.015.772,48	281.126.865,04	-71.111.092,56	-25%

Observa-se que a maior variação de Restos a Pagar inscritos foi em Restos a Pagar Processados. Houve redução devido ao aumento na inscrição para 2022, de valores devidos a Pessoal, Encargos e Auxílios.

2.1.3. Receitas realizadas

Das receitas arrecadadas em 2022, as mais representativas foram as RECEITAS PATRIMONIAIS que compõem 81% do total arrecadado, sendo sua quase totalidade provém de rendimentos com aplicações financeiras.

As RECEITAS DE SERVIÇOS referem-se a inscrições realizadas para o LIX Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e para o Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de oficial e analista do quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

O saldo de OUTRAS RECEITAS CORRENTES é derivado de indenizações, restituições, multas e juros recebidos por esta PGJ, além do recebimento de carta fiança, no valor de R\$273.955,48, devido a descumprimento do contrato SIAD 9238239/2020.

Informações complementares de Restos a Pagar Processados, Não Processados, Receitas (Variações Patrimoniais Aumentativas) e Despesas (Variações Patrimoniais Diminutivas) serão encontradas mais adiante nas Notas Explicativas às demais Demonstrações Contábeis que fazem parte da Prestação de Contas da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais.

A Auditoria Interna apresentou análise à Execução Orçamentária em seu Relatório Sobre as Contas do Exercício de 2022, que também é parte integrante da Prestação de Contas Anual da Instituição.

Neste exercício a Procuradoria-Geral de Justiça apresentou um superávit orçamentário no valor de R\$30.009.910,21, ou seja, suas receitas arrecadadas e transferidas superaram as despesas empenhadas.

O Balanço Orçamentário não apresenta discriminação de valores das receitas nas colunas PREVISÃO INICIAL e PREVISÃO ATUALIZADA e, segundo a Superintendência Central de Contabilidade Governamental/SEFMG, estes valores encontram-se consolidados em Encargos Gerais do Estado, de modo que somente a arrecadação da receita fica evidenciada nesse demonstrativo.

2.2. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro, segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

A Procuradoria-Geral de Justiça apresentou os seguintes pontos relevantes:

A conta CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA obteve aumento em torno de 17% em 2022, quando comparado a 2021.

As Receitas Correntes apresentaram queda em relação ao exercício anterior, devido, mormente, às Receitas Patrimoniais, que tiveram seu valor majorado em 2021, devido ao valor arrecadado com o contrato de Prestação de Serviços Financeiros, firmado com o Banco Itaú Unibanco S.A., relativo à exploração da folha de pagamento de pessoal e pelas remunerações de depósitos bancários.

Comportamento contrário é observado nas Receitas de Serviços, cuja arrecadação, em 2022, foi 147% maior que 2021 e referem-se à arrecadação obtida com o Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos

cargos de oficial e analista do quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

O RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO, no valor de R\$40.657.495,51, sofreu notável redução de 60% em relação ao exercício de 2021. Esse resultado corresponde à diferença entre o somatório dos ingressos relativos às RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS, dos RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS e das TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS e dos dispêndios referentes às DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS, dos PAGAMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS e das TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS. Tal redução deve-se, principalmente, à queda nas Receitas Patrimoniais, conforme já mencionado neste relatório.

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	280.203.975,91	239.546.480,40
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	(239.546.480,40)	(137.031.689,88)
Resultado Financeiro do Exercício	40.657.495,51	102.514.790,52

	2022	2021
Receitas Orçamentárias	42.574.288,55	61.442.813,12
Recebimentos Extra orçamentários	1.026.829.104,90	906.930.807,39
Transferências Financeiras Recebidas	2.871.880.551,18	2.683.491.074,85
Outras Movimentações	0,00	59.989.401,07
Despesa Orçamentária	(2.663.990.411,98)	(2.501.938.124,26)
Pagamentos Extra orçamentários	(996.802.997,92)	(846.038.121,25)
Transferências Financeiras Concedidas	(239.833.039,22)	(261.363.060,40)
Resultado Financeiro do Exercício	40.657.495,51	102.514.790,52

O SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE apresentado no Balanço Financeiro, R\$280.203.975,91, coincide com o Saldo Contábil da conta Caixa e Equivalentes de Caixa do Balanço Patrimonial, que foi conciliado pela Diretoria de Contabilidade e atestado pela Superintendência de Finanças. Da mesma forma, pode ser confirmado pela geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa apresentada na Demonstração de Fluxo de Caixa. O saldo ajustado para o exercício seguinte é R\$279.149.741,24, conforme detalhado no item 2.3.1.1.1 deste relatório.

2.3. NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial, segundo o MCASP, evidencia de forma qualitativa e quantitativa a situação patrimonial da Administração Pública por meio de contas representativas do patrimônio público, assim como os atos potenciais.

2.3.1. Ativo

No Ativo encontram-se os recursos controlados pela entidade, como resultado de eventos passados e dos quais se espera que resultem, para a entidade, benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

2.3.1.1. Ativo Circulante

São classificados como circulantes os recursos disponíveis para realização imediata e os ativos, cuja expectativa de realização é de doze meses após a data das Demonstrações Contábeis.

2.3.1.1.1. Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional

As contas que compõem esse grupo são controladas pela Diretoria de Administração Financeira e são conciliadas mensalmente pela Diretoria de Contabilidade. As conciliações do mês de dezembro de 2022 constam nos autos desta Prestação de Contas.

A conta CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA foi inventariada em duas datas, 31/10/2022 e 31/12/2022, SEI 19.16.3850.0139823/2022-69, pela comissão instituída pelo Procurador Geral de Justiça através da Portaria Nº 3.901, em 26/10/2022, sendo que nos dois períodos seu saldo foi ratificado.

As disponibilidades, ou equivalentes de caixa, são compostas pelas contas BANCOS MOVIMENTO e APLICAÇÕES FINANCEIRAS, que estão registradas em moeda nacional e aplicadas em fundos de títulos públicos. Todos os rendimentos do exercício se encontram registrados.

CONTA		2022	2021
1.1.1.1.1.01	CAIXA	0,00	0,00
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.942,05	120.700,27
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	280.197.033,86	239.425.780,13
TOTAL		280.203.975,91	239.546.480,40

Houve mudança na forma de recolhimento do INSS pela Receita a partir de outubro, deixando de utilizar a GPS, passando para o E-Social. A forma de pagamento GPS não chegou a ser inutilizada pela Receita, e houve o pagamento de valores das competências outubro e novembro por GPS.

Em que pese a mudança recente do sistema, a Receita não disponibilizou uma forma de compensação imediata entre GPS e E-Social, e a orientação foi o pagamento do E-Social, para posterior compensação do valor recolhido por GPS.

Diante do exposto, em 18/11/2022, foi recolhido pelo E-social o valor de R\$1.064.406,96, guia referente ao mês de Outubro de 2022. Sendo que o valor de R\$1.030.557,45, já havia sido recolhido por GPS.

Do mesmo modo, foi realizado o pagamento do E-Social no Banco, referente ao mês de Novembro de 2022, em 20/12/2022, no valor de R\$ 947.904,12, sendo que desse valor, R\$7.094,03 já havia sido recolhido por GPS, totalizando nos dois meses o valor de R\$1.037.651,48.

Dessa forma, o SIAFI/MG apresenta divergência de saldo com esta conta bancária em 31/12/2022, a qual foi regularizada ao longo do primeiro trimestre de 2023, restando uma pendência de apenas R\$ 5,65.

Seguem saldos ajustados considerando os apontamentos acima:

CONTA		2022	2021
1.1.1.1.1.01	CAIXA	0,00	0,00
1.1.1.1.1.02	BANCOS CONTA MOVIMENTO	6.972,05	120.700,27
1.1.1.1.1.10	APLICACOES FINANCEIRAS	279.142.769,19	239.425.780,13
TOTAL		279.149.741,24	239.546.480,40

Observa-se um aumento de 16% em APLICAÇÕES FINANCEIRAS. Esse aumento deve-se aos esforços empenhados para equalização dos pagamentos, a fim de manter um fluxo de caixa controlado, aumentando o capital giro para fazer frente aos futuros pagamentos.

2.3.1.1.2. Adiantamentos/ Viagens a Conceder a Pessoal

O saldo refere-se às viagens realizadas em 2022, cujos valores das diárias vencidas foram liquidados naquele ano, porém, pagos em 2023. Esta conta também é objeto de conciliação por parte da Diretoria de Contabilidade.

CONTA		2022	2021
1.1.3.1.1.01.90	ADIANTAMENTOS/DIARIAS DE VIAGEM A CONCEDER A PESSOAL	285.319,26	376.587,30

2.3.1.1.3. Créditos por Danos ao Patrimônio

O valor de R\$720,89 refere-se à Despesa de Pessoal realizada além do crédito orçamentário no exercício 1.990.

O saldo atual corresponde à evolução do valor de Cr\$ 1.982.450.836,17, de 31/12/1990, que permaneceu inalterado até 31/12/1992, resultando em CR\$

1.982.450,83 em 31/12/1993 na conversão para Cruzeiro Real, transformando-se em R\$ 720,89 na conversão para Real pela URV de 30/06/1994 (CR\$ 2.750,00). Está sendo aguardada orientação legal para a respectiva baixa desta inscrição, sendo ressalvado pelo próprio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE MG que a decisão definitiva está a cargo da Assembleia Legislativa, pois as contas do exercício de origem foram rejeitadas e o original do processo de prestação de contas do Chefe do Poder Executivo da época se encontra arquivado desde 06/01/1992 na atual Advocacia-Geral do Estado.

CONTA		2021	2020
1.1.3.4.1.02	PAGAMENTO SEM CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO	720,89	720,89

R\$100.961.859,69 (cem milhões, novecentos e sessenta e um mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e sessenta e nove centavos) – valor atualizado em dezembro de 2022, da responsabilidade ora discriminada. O cálculo foi efetuado na página da internet do setor de Perícias Contábeis desta Procuradoria-Geral de Justiça, utilizando a Tabela de Fatores de Atualização Monetária – FAM/TJMG, que inclui os índices OTN/ORTN/BTN/TR/IPC-r/INPC e as alterações de moeda no período em questão. Trata-se de registro relevante em virtude da responsabilidade estar pendente desde dezembro de 1990.

O fato acima descrito, público e notório no âmbito da Administração Pública do Estado, é decorrente de ato do responsável legal do Poder Executivo da época que descumpria dispositivos constitucionais contidos nos incisos II e V do artigo 167 da Constituição Federal, reproduzidos fielmente nos incisos II e V do art. 161 da Constituição Estadual e normas de direito financeiro público, previstas na Lei 4320/64, em especial os artigos 35, 43 e 48, que estatui o equilíbrio entre a receita

arrecadada e a despesa realizada, conforme autorizado na Lei Orçamentária vigente para o exercício.

Considerando que a despesa de Pessoal, em 1990, foi realizada pela Superintendência Central de Pagamento de Pessoal - SCPP – que centralizava a folha de pagamento da Administração Direta, não existe responsabilidade da administração desta Casa quanto à referida despesa além do crédito, a qual deverá ser resolvida pela mesma unidade que a gerou. A sugestão da Diretoria de Contabilidade é que, sendo um ativo incobrável, TCMG, MPMG, TJMG e SCCG/SEF, juntamente com a Auditoria Geral do Estado, de comum acordo e fundamentados na ausência de prejuízo para o interesse público, concomitantemente com as Características Qualitativas da Informação Contábil, contidas na Estrutura Conceitual das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público - NBCTSP, promovam a baixa desses valores pendentes e desatualizados da Contabilidade do Estado de Minas Gerais.

2.3.1.1.4. Recursos a Liberar-Convênios de Saída de Recurso

Refere-se à parcela mensal a ser liberada ao Município de Conceição do Mato Dentro, conforme previsto no Convênio de Saída de Recursos nº 037, de 15/06/2022, SEI nº 19.16.2292.0030239/2022-39, cujo objeto é a instalação da sede do Ministério Público de Minas Gerais na Comarca de Conceição do Mato Dentro, a fim de que este, como instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, nela possa melhor desempenhar suas atribuições constitucionais e legais, na defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

2.3.1.1.5. Recurso Vinculado-Cartão Pagamento Adiantamento A
Servidor

Registrados nessa conta os valores transferidos para a conta 650651-8, agência 1615-2, Banco no Brasil, destinados aos pagamentos de despesas miúdas e de pronto pagamento realizados com cartão de débito.

O saldo refere-se a valores transferidos e não utilizados pelos beneficiários neste ano. Todos os adiantamentos realizados em 2022 tiveram suas prestações de contas enviadas e aprovadas dentro do próprio exercício.

2.3.1.1.6. Outros Créditos a Receber e Valores de Curto Prazo –
Intra OFSS

Nesse grupo são lançados os créditos financeiros pendentes de recebimento pela Unidade Financeira Central do Estado de Minas Gerais, relativo aos valores empenhados até 31/12/2022. Os registros contábeis presentes nesse grupo são realizados de forma centralizada pela Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais – SCCG/SEFMG, não sendo possível à Procuradoria-Geral de Justiça qualquer gestão na contabilização desses dados. A Auditoria Interna, em seu Relatório Sobre as Contas do Exercício de 2021, confrontou os valores registrados com os controles mantidos pela Superintendência de Finanças e não constatou divergências relevantes.

CONTA		2022	2021
1.1.3.8.2.01	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCEIRA CENTRAL	29.143.414,85	93.322.558,99
1.1.3.8.2.02	CREDITO FINANCEIRO A RECEBER - UNIDADE FINANCIADORA DO GASTO	63.787.301,66	81.511.139,49
TOTAL		92.930.716,51	174.833.698,48

2.3.1.1.7. Estoques

Os estoques do MPMG são compostos por itens de Almoxarifado (Materiais de Consumo) Itens de reparos e manutenção da Divisão de Manutenção e Combustíveis.

CONTA		2022	2021
1.1.5	ESTOQUES	4.934.204,25	3.507.899,89

O controle de todo o Material de Consumo é realizado no Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD, tendo como base de mensuração o custo médio ponderado.

O controle do estoque é realizado por meio de três Unidades de Almoxarifado:

Unidade	2022	2021
Saldo SIAD em 31/12/2022 Unidade de Almoxarifado DIMAC - 1091024	805.319,21	910.948,36
Saldo SIAD em 31/12/2022 Unidade de Controle de Combustíveis GTA – 1091145	702.357,43	666.925,53
Saldo SIAD em 31/12/2022 Unidade de Almoxarifado DIMAM - 1091150	3.426.527,61	1.930.026,00
TOTAL CONCILIADO	4.934.204,25	3.507.899,89

O estoque da Divisão de Material de Consumo (DIMAC) é composto, principalmente, por materiais para escritório, de acondicionamento e embalagem, artigos para limpeza, higiene e utensílios para copa e cozinha, que juntos representam 72% do total.

Já na Divisão de Materiais de Manutenção (DIMAN) a maior parte dos bens estocados é composto por materiais elétricos, para manutenção e reforma de imóveis.

A Unidade de Controle de Combustíveis (GTA) atende os veículos da frota da PGJ e possui em estoque gasolina, álcool hidratado e óleo diesel.

Os materiais de consumo estocados foram inventariados em dois períodos, data-base 31/10/2022 e 31/12/2022, por duas Comissões distintas instituídas através de Ato do Procurador-Geral de Justiça, em 26/10/22, Portarias Nº 3.899 – Processo SEI 19.16.2169.0148861/2022-90 e Nº 3.900 – Processo SEI 19.16.3920.0151998/2022-

94 conforme publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais - DOMP/MG.

A Comissão Inventariante instituída pela Portaria Nº 3.899, responsável por analisar os estoques da Divisão de Material de Consumo, em seu Relatório Preliminar, apontou que havia divergências em 28 itens, apurando uma diferença líquida de R\$866,35 a menor entre o valor inventariado e o saldo do Balanço Patrimonial registrado com data-base em 31/10/2022. Todos os acertos sugeridos pela comissão foram realizados, pela Divisão de Materiais – DIMAT, em dezembro de 2022.

Em seu Relatório conclusivo, a Comissão apontou que havia divergências em 16 itens, apurando o valor de R\$326,72 a maior que o saldo do Balanço Patrimonial registrado com data-base em 31/12/2022. Todos os acertos sugeridos pela comissão foram realizados pela Divisão de Materiais – DIMAT em fevereiro de 2022.

O estoque de combustíveis também foi inventariado pela Comissão, que ratificou seu saldo em seus dois Relatórios. O combustível é depositado nos reservatórios da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG, do Corpo de Bombeiros Militar – CBMMG e do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais – DERMG, ficando a Comissão impossibilitada de efetuar a contagem, “in loco”, do respectivo quantitativo.

Após a realização do inventário, em seu Relatório conclusivo, a comissão apontou divergência a maior no saldo inventariado, no valor de R\$32.014,72, cujo ajuste foi realizado em 12/04/2023.

As diferenças apontadas por estas comissões em seus relatórios conclusivos, representaram menos de 0,7% do total do estoque da PGJ. Considerando os devidos ajustes realizados, o saldo conciliado do estoque é R\$4.966.615,69.

2.3.1.2. Ativo Não Circulante

Estão classificados como NÃO CIRCULANTE os demais bens e direitos da Instituição cuja expectativa de realização sejam superiores a doze meses, contados a partir da data das Demonstrações Contábeis.

2.3.1.2.1. Imobilizado

O Ativo Imobilizado, segundo o MCASP, compreende os itens tangíveis que são mantidos para o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, inclusive os decorrentes de operações que transfiram para a entidade os benefícios, riscos e controle desses bens, cuja utilização se dará por mais de um período

- Bens Móveis

A mensuração dos Bens Móveis da Procuradoria-Geral de Justiça de Minas Gerais é evidenciada pelo custo histórico, cujos valores constam nos devidos documentos comprobatórios de entrada, tais como notas fiscais e termos de doação, no Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP) e Sistema PERGAMUM para o controle dos Acervos Bibliográficos.

Sistema de Controle de Bens Móveis	2022	2021
Sistema de Controle de Patrimônio SICCAP – Bens Móveis	134.710.663,11	107.762.548,62
Sistema PERGAMUM – Controle de Acervos Bibliográficos	660.138,13	618.300,64
TOTAL	135.370.801,24	108.380.849,26

CONTA		2022	2021
1.2.3.1.1.01	BENS MOVEIS	135.370.801,24	108.380.849,26
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS	(53.044.952,73)	(43.030.494,16)
TOTAL BENS MÓVEIS		82.325.848,51	65.350.355,10

Cerca de 61% dos bens móveis são compostos por equipamentos de informática, seguidos pelos itens de mobiliário que corresponderam, em 2022, a 17,93% do total e os veículos da frota do MPMG que representam quase 5% dos bens móveis.

Das aquisições realizadas em 2022, cerca de 67% foram de equipamentos de informática, som, vídeo, fotográfico e cinematográfico e 26% de mobiliário, o que reforça o investimento em Tecnologia da Informação que vem sendo realizado pela Instituição nos últimos exercícios.

Das baixas ocorridas no exercício, 62% foram realizadas em equipamentos de informática, 30% em mobiliário e 22% em máquinas, aparelhos, utensílios e equipamentos de uso administrativo. Em sua maior parte, as baixas realizadas

devem-se a doações e transferências realizadas de bens classificados inservíveis para a Instituição.

Os bens móveis foram inventariados em dois períodos, data-base 31/10/2022 e 31/12/2022, pela comissão Instituída pela Portaria nº 3.897, através de Ato do Procurador-Geral de Justiça, de 26 de outubro de 2022, conforme publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais - DOMP/MG.

A Comissão realizou a apuração do inventário com data-base de 31/10/2022, SEI 19.16.3923.0151609/2022-76, apontando os bens classificados como em uso, não localizados, em ociosidade, defeituosos, em conserto, em uso sem plaqueta e furtados e apresentou nas considerações finais pontos relevantes e sugestões de melhorias. Em seu relatório preliminar não distinguiu os bens pertencentes a PGJ e aos Fundos por ela geridos.

Em seu Relatório conclusivo, data-base de 31/12/2022, a Comissão Inventariante acompanhou as movimentações dos meses de novembro e dezembro e informou o inventário separado por Unidade Orçamentária apontando que a PGJ possui 82.438 bens móveis, sendo 79.505 foram classificados como em uso, 1.380 não foram localizados, 620 bens encontram-se em uso sem plaqueta de identificação, 576 estão ociosos, 328 com defeito, 23 em conserto e 6 bens foram furtados.

Importante salientar o apontamento realizado no Relatório conclusivo, que o fato dos fiscais terem classificado os bens como não localizados não significa que eles estejam desaparecidos e sim, que não se encontram sob a responsabilidade do fiscal apontado como seu gestor durante a realização do inventário. Além disso, a Divisão de Materiais continuará realizando contatos com todas as unidades para a atualização e correção da localização de todos os bens, como realizado nos anos anteriores, em busca da regularização do Inventário.

A Comissão sugeriu a realização de um inventário no mês de junho, com a finalidade de rebuscar o controle e a organização dos bens guardados pela DIMAT; ações de apoio da Corregedoria-Geral e da Superintendência de Recursos Humanos para

orientar e fiscalizar a atuação dos membros e servidores sobre o Inventário e controle dos bens com sistemas, bem como o uso de tecnologia como identificação por rádio frequência (RFID), código de resposta rápida (QR Code) ou código de barra.

Após analisar o Relatório conclusivo, a Diretoria-Geral acatou as recomendações da Comissão e encaminhou à Superintendência de Logística e Serviços - SLS, ao Grupo de Apoio a Gestão de Bens Permanentes e Consumo – GAGBPC e à Superintendência de Tecnologia da Informação - STI, para providências.

O acervo bibliográfico da Instituição também foi inventariado em dois períodos, data-base 31/10/2022 e 31/12/2022, pela comissão Instituída pela Portaria nº 3.898, através de Ato do Procurador-Geral de Justiça, em 26 de outubro de 2022, conforme publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais - DOMP/MG.

A Comissão constatou no relatório preliminar, em 31/10/2022, que não foram localizados 02 exemplares no valor total de R\$103,10.

Em seu Relatório conclusivo, data-base 31/12/2022, a comissão apurou um total de 12.525 exemplares com valor total de R\$660.138,13. Das obras não localizadas no Relatório Preliminar, uma foi encontrada, restando, apenas, um exemplar não localizado, no valor de R\$63,10, que foi baixado em 28/02/2023 após autorização da Diretoria Geral.

A Diretoria de Contabilidade realiza conciliação mensal entre os saldos dos bens móveis no SICCAP e o saldo contábil no SIAFI/MG. As conciliações do mês de dezembro são parte integrante desta Prestação de Contas, bem como os Relatórios das Comissões Inventariantes.

Ainda sobre a conta bens móveis, resta esclarecer que a Procuradoria-Geral de Justiça recebeu, através dos Ofícios 11.983/22, 12.289/22 e 12.290/22, referentes à Prestação de Contas do Exercício de 2020, a seguinte recomendação:

“Adote as medidas legais cabíveis em relação aos bens não localizados visando a quantificação do dano, caso houver e a identificação do(s) responsável(s) para o ressarcimento do patrimônio do MPMG.”

Em resposta, por meio do Ofício 2.394/2022/GAB/PGJ de 09 de novembro de 2022, o Procurador Geral de Justiça esclareceu que, do total dos bens classificados como não localizados pela Comissão Inventariante de 2020, apenas 189 não haviam sido localizados.

“Informo-lhe que a quantidade de bens não localizados no inventário/20 somou o montante de 3.291 (três mil duzentos e noventa e um) bens. O trabalho realizado resultou em uma redução de 85,32% das ocorrências, já tendo sido abertos os processos administrativos para regularização dos demais.

- Bens Imóveis

Desde dezembro de 2013 todos bens imóveis do estado de Minas Gerais passaram a ser controlados de forma centralizada pela Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG), sendo assim, os imóveis de uso do MPMG não fazem mais parte do Ativo Imobilizado da Instituição.

As contas que compõem o grupo de BENS IMÓVEIS são as seguintes:

CONTA		2022	2021
1.2.3.2.1.03	OBRAS E INSTALACOES EM ANDAMENTO	94.461.667,22	86.765.976,45
1.2.3.2.1.06	INSTALACOES PENDENTES DE INCORPORACAO PATRIMONIAL – IMOVEIS	547.229,87	547.229,87
TOTAL BENS IMÓVEIS		95.008.897,09	87.313.206,32

Na conta OBRAS E INSTALAÇÕES EM ANDAMENTO estão lançados os custos das obras que ainda estão em fase de execução e de obras finalizadas a partir do exercício de 2017:

- R\$72.261.667,22 referem-se às diversas obras de edificação das sedes das Promotorias de Justiça e elaboração de projetos executivos, com fornecimento de mão de obra e materiais em várias cidades do Estado, conforme conciliação realizada pela Diretoria de Contabilidade, que compõe os autos desta Prestação de Contas, sendo que o aumento observado neste exercício foi devido à continuidade do Projeto Sedes Próprias.
- R\$22.200.000,00 relativos à desapropriação dos imóveis situados no bairro de Lourdes, no município de Belo Horizonte – rua Curitiba, constituído pelo lote NR 17 – na rua Gonçalves Dias, NR 2029, constituído pelo Lote 26 – na rua Gonçalves Dias NR 2051, constituído por parte do Lote NR 27, todos no quarteirão NR 28, da 10ª Secção Urbana, tendo em vista que os mesmos serão utilizados para instalação de Sede própria do MPMG em BH, conforme decreto 536 de 27 de Dezembro de 2017, declarando utilidade pública, para desapropriação de pleno domínio. Ofício SEA/DG/PGJAA/PGJ NR 56/2017.

Já o saldo da conta INSTALAÇÕES PENDENTES DE INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL – IMÓVEIS refere-se à instalação de elevadores com fornecimento de material e mão de obra, bem como à manutenção nas Promotorias de Araguari, Lavras, Nova Lima, São João Del Rey e Teófilo Otoni, aguardando incorporação aos devidos imóveis e à aquisição, instalação, ressarcimento de peças e manutenção preventiva e corretiva de grupo gerador aberto, o qual atenderá ao edifício Castellar Guimarães (sede) na cidade de Belo Horizonte/MG.

Os bens imóveis da Instituição, da mesma forma, foram inventariados em dois períodos, data-base 31/10/2022 e 31/12/2022, pela comissão Instituída pela Portaria nº 3902, através de Ato do Procurador-Geral de Justiça, em 26 de outubro de 2022, conforme publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Minas Gerais - DOMP.

A Comissão, SEI 19.16.3919.0148705/2022-71, elaborou o relatório preliminar com data-base em 31/10/2022, apontando diversas divergências nos registrados dos imóveis próprios/vinculados registrados junto ao Módulo de Imóveis do Sistema Integrado de Administração de Materiais e Serviços – SIAD, sugerindo à Superintendência de Engenharia e Arquitetura – SEA para que proceda à análise, revisão e, sobretudo, os ajustes necessários juntamente com a SEPLAG-MG, de forma a possibilitar a tempestividade, cadastro e sincronização dos registros, permitindo uma harmonização dos controles imobiliários exercidos pelas duas instituições.

Em resposta a SEA esclarece que as divergências de endereço, matrícula, área e forma de aquisição já foram apuradas e estão em fase de retificação no Módulo de Imóveis do SIAD. As demais inconformidades foram devidamente explicadas no processo SEI nº19.16.0128.0097876/2022-24 (documento [3943755](#)).

Em seu Relatório Final, com data-base de 31/12/2022, a Comissão acompanhou toda a movimentação ocorrida entre novembro e dezembro de 2022, bem como os procedimentos de retificação no Módulo de Imóveis do SIAD, no qual consta a

existência de 113 imóveis próprios, no valor total de R\$370.737.456,75, e um imóvel emprestado a terceiros, no valor de R\$694.210,33.

Considerando as retificações realizadas e os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos pela Superintendência de Engenharia e Arquitetura deste Ministério Público junto a SEPLAG, na apuração, regularização e conformidade no cadastro junto ao “Portal Imóveis” do Estado de Minas Gerais (SIAD), de forma a sincronizar os controles imobiliários existentes por ambas as instituições, a Comissão concluiu pela regularidade da conta BENS IMÓVEIS.

Cabe ressaltar, que foram igualmente analisadas pela Comissão, as conciliações das Contas OBRAS EM ANDAMENTOS E INSTALAÇÕES PENDENTES DE INCORPORAÇÃO PATRIMONIAL.

O Tribunal de Contas fez recomendações sobre a conta Bens Imóveis, Ofícios 11.983/22; 12.289/22 e 12.290/22.

“Formalize à SEPLAG, conforme já pontuado em anos anteriores, os ajustes na conta “Imóveis”, quais sejam: divergências no confronto em relação aos dados declarados no SIAD e nos controles apresentados pela Superintendência de Engenharia e Arquitetura – SEA, de forma a sincronizar os saldos dos dois controles imobiliários existentes, considerando que a Comissão Inventariante não os certificou;”

Em resposta, o Procurador Geral de Justiça informou que foi expedido Ofício Nº 63/2022-PGJMG/PGJAA/DG/SEA à SEPLAG, objetivando a adoção de providências e solicitando de orientações.

“Em relação à sincronização dos registros financeiros, de forma a permitir a concatenação dos dados da PGJ com os relatórios gerados pelo SIAD, conforme orientação supracitada da SEPLAG, estão sendo elaborados novos laudos de avaliação dos imóveis vinculados ao MPMG, através de profissionais devidamente credenciados.”

“No tocante às divergências de forma de aquisição, matrícula, área e endereços, das 43 (quarenta e três) pendências mensuradas, pela ilustre Comissão de Inventário de Bens Imóveis do exercício 2020, restam pendentes apenas 4 (quatro), que se encontram em diligência para regularização.”

- Depreciação

A depreciação dos bens móveis, implantada em 2013, foi calculada pelo método linear, utilizando as taxas estabelecidas na IN SRF nº 162 de 31/12/1998, vigente à época.

O saldo acumulado de (R\$53.044.952,73) refere-se à movimentação do exercício de 2010 até o mês de dezembro de 2022, sendo que em 2010, 2011 e 2012 a apropriação foi efetuada anualmente e a partir de 2013, passou a ser realizada mensalmente. O marco inicial da apropriação da depreciação inclui somente os bens que entraram em uso a partir do exercício de 2010, enquanto os anteriores a esse exercício aguardam a definição dos critérios e adequação dos procedimentos no Sistema de Controle de Bens Móveis.

- Intangível

Compreendidos os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

A base de Mensuração dos BENS INTANGÍVEIS - SOFTWARES encontra-se evidenciada pelo Custo Histórico, cujos valores constam nos devidos documentos comprobatórios de entrada, notas fiscais de aquisição, registrados no ao Sistema Integrado de Compras, Contratos, Almoxarifado e Patrimônio (SICCAP).

CONTA		2022	2021
1.2.4.1.1	SOFTWARES - CONSOLIDAÇÃO	23.173.097,82	11.892.838,45
1.2.4.8.1.01	(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADA - SOFTWARES	(1.297.519,64)	
	TOTAL INTANGÍVEL	21.875.578,18	

Em 2022 houve um aumento significativo de 94% na rubrica de Softwares. Este foi o quarto ano consecutivo com acréscimos relevantes, fato explicado pelos investimentos em Tecnologia da Informação e dos esforços da Instituição em modernização e aprimoramento no reconhecimento e registro do Ativo Intangível.

- Amortização

A amortização é realizada sobre os bens intangíveis que tiverem a vida útil econômica limitada e tem como característica fundamental a redução dos seus valores conforme o método adotado.

No âmbito do MPMG/PGJ foi adotada a partir de setembro de 2022 (NLC 0013929 de 18/10/2022) e é calculada mensalmente pelo método linear (ou cotas constantes), incidindo sobre os bens intangíveis ao longo da sua vida útil. Em relação ao valor residual, definiu-se que: os ativos intangíveis com vida útil definida é zero.

R\$(1.297.519,64) – é o saldo conciliado, conforme conciliação dos bens intangíveis anexa e refere-se à movimentação acumulada até dezembro de 2022.

O reconhecimento da amortização foi implementado por esta Procuradoria-Geral de Justiça conforme informado em resposta à recomendação enviada ao TCE/MG.

2.3.2. Passivo

Segundo o MCASP, Passivo é uma obrigação presente, derivada de evento passado, cuja extinção deva resultar na saída de recursos da entidade.

2.3.2.1. Passivo Circulante

Os passivos são classificados como circulantes quando correspondem a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

2.3.2.1.1. Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais de Curto Prazo

Essa rubrica corresponde a 60% do total do ativo circulante da Instituição e compreende as obrigações referentes a salários ou remunerações, bem como benefícios aos quais o servidor tenha direito, aposentadorias, reformas, pensões e encargos a pagar, além dos benefícios assistenciais, com vencimento em até doze meses.

CONTA		2022	2021
2.1.1	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	48.205.915,02	113.528.752,95
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	6.007.234,93	59.729.758,80
2.1.1.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR	19.311.787,87	32.250.705,70
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	22.886.892,22	21.548.288,45

O saldo contábil conciliado desta conta, refere-se aos exercícios de 2021 e 2022, sendo composto por:

- Pessoal a Pagar
 - R\$ 2.413.225,61 - reconhecimento das verbas devidas aos servidores do MPMG, empenhadas e liquidadas em 2021. Trata-se de folha para pagamento de diferenças remuneratórias decorrentes de URV - Unidade Real de Valor, cujos credores são servidores do MP em atividade;
 - R\$1.302.612,82 - reconhecimento das verbas devidas aos servidores do MPMG, empenhadas e liquidadas em 2022, referentes aos débitos da Procuradoria-Geral de Justiça de verbas de URV e de revisão geral anual de remuneração, data-base maio de 2021, cujos credores são servidores do MP em atividade;
 - R\$1.291.944,96 - reconhecimento das verbas devidas aos membros do MPMG, empenho realizado em 2022, referentes aos débitos da Procuradoria-Geral de Justiça de verbas de PAE - Parcela Autônoma de

Equivalência, ATS - Adicional por Tempo de Serviço e URV - Unidade Real de Valor, cujos credores são membros do MP em atividade;

- R\$799.998,37 - despesas de exercícios anteriores, empenhadas e liquidadas em dezembro de 2022, referentes à assistência médico-hospitalar para membros ativos, prevista na Lei Complementar nº 34/1994, art. 119, XX e na Resolução PGJ nº 28, de 19/12/2018;
- R\$199.453,17 - despesas de exercícios anteriores, empenhadas e liquidadas em dezembro de 2022, referentes ao auxílio-saúde para servidores ativos, previsto na Lei nº 23.140/2018.

- Benefícios Previdenciários A Pagar

Benefícios – Inativo

- R\$12.692.277,68 - despesas de exercícios anteriores, empenhadas e liquidadas em dezembro de 2022, referentes aos débitos da Procuradoria-Geral de Justiça com inativos (aposentados), das verbas PAE, ATS, URV;
- R\$301.032,25 - despesas de exercícios anteriores, empenhadas e liquidadas em dezembro de 2022, referentes à assistência médico-hospitalar e ao auxílio-saúde para membros e servidores inativos (aposentados), previstos na Lei Complementar nº 34/1994, art. 119, XX; na Resolução PGJ nº 31, de 29/06/2021 e na Lei nº 23.140/2018.

Benefícios – Pensionista

- R\$6.220.024,67 - despesas de exercícios anteriores, empenhadas e liquidadas em dezembro de 2022, referentes aos débitos da Procuradoria-Geral de Justiça com pensionistas, das verbas PAE, ATS, URV;
- R\$98.453,27 - despesas de exercícios anteriores, empenhadas e liquidadas em dezembro de 2022, referentes à assistência médico-

hospitalar e ao auxílio-saúde para pensionistas previstos na Lei Complementar nº 34/1994, art. 119, XX, na Resolução PGJ nº 31/2021 e na Lei nº 23.140/2018.

- Encargos Sociais A Pagar
 - R\$ 1.630.775,04 referem-se a encargos devidos ao INSS, IPSEMG e PREVICOM, da competência 12/22;
 - R\$21.256.117,18 referem-se a encargos, parte patronal, da competência 1/2022, devidos ao Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais, Fundação de Previdência Complementar do Estado de Minas Gerais, Instituto Nacional de Seguridade Social e Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais.

A redução de 57% em relação ao exercício de 2021 no grupo OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO deve-se ao reconhecimento de valor maior das verbas devidas aos membros e servidores em 2021.

2.3.2.1.2. Fornecedores e Contas a Pagar

Compreendem as obrigações de pagamento a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de materiais, da prestação de serviços e outras contas a pagar com vencimento em até doze meses.

CONTA		2022	2021
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	3.452.842,17	1.778.091,20

Do total deste saldo, R\$410.858,77 referem-se às despesas ocorridas no exercício de 2021 e o restante pertence a 2022.

O acréscimo de 94% no saldo em relação ao ano anterior deve-se sobretudo a despesas com internet, wireless e implantação de novo Data Center, que, somadas, representaram próximo de 50% do total e foram devidamente quitadas em janeiro de 2023.

Do saldo total, R\$9.960,15 referem-se às despesas executadas através do Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários - TDCO 065/2021 – Unidade Executora 1090024, firmado com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, cujo objeto é o custeio da contratação de 2 postos de trabalho de frentistas da MGS, para atuação nos postos próprios da rede da Gestão Total dos Abastecimentos, cujo pagamento foi realizado em janeiro de 2023.

2.3.2.1.3. Demais Obrigações de Curto Prazo

Compreendem as obrigações da entidade junto a terceiros não inclusas nos subgrupos anteriores. Em 2022 representaram 36% do Passivo Circulante. Metade dos valores restituíveis referem-se às contribuições ao Fundo Financeiro

Previdenciário - FUNFIP e outros 44% estão registrados na conta de Outros Valores Restituíveis.

CONTA		2022	2021
2.1.8.8	VALORES RESTITUÍVEIS	28.797.753,07	28.889.936,40
2.1.8.8.1.01	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE	0,00	3.503.975,41
2.1.8.8.1.02	PENSOES ALIMENTICIAS	188.759,33	164.019,36
2.1.8.8.1.03	CONTRIBUICOES/RETENCOES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA	1.524.561,70	550.484,67
2.1.8.8.1.08	DEPÓSITOS DE TERCEIROS	5.450,00	0,00
2.1.8.8.1.16	CONTRIBUICOES AO FUNDO FINANCEIRO PREVIDENCIARIO – FUNFIP	14.456.126,21	13.840.758,69
2.1.8.8.1.88	OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	12.622.855,83	10.830.698,27
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	70.616,82	732,91
TOTAL		28.868.369,89	28.890.669,31

O aumento de 177% observado na conta 2.1.8.8.1.03 - CONTRIBUICOES/RETENCOES/DESCONTOS INSTITUTOS/ENTIDADES DE PREVIDENCIA deu-se pela mudança na forma de recolhimento dos valores de INSS retidos nas notas fiscais, pois, com a Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais, EFD-REINF, os valores passaram a ser recolhidos em um único DARF e não por meio de várias GPS, como ocorria antes.

Do total, R\$1.181,06 foram retidos na execução do Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários - TDCO 065/2021 – Unidade Executora 1090024, firmado com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, cujo objeto fora detalhado em tópico anterior deste relatório. Os valores foram recolhidos em 2023.

O saldo de DEPÓSITOS DE TERCEIROS refere-se aos valores pertencentes ao Fundo Especial do Ministério Público – FUNEMP, depositados indevidamente nas contas bancárias desta Procuradoria-Geral de Justiça. Os devidos repasses foram realizados em 2023.

O Saldo da conta OUTROS VALORES RESTITUÍVEIS, no montante de R\$12.622.855,83, é composto, principalmente, por valores retidos na folha de pagamento de dezembro de 2022 e que, são devidamente transferidos no mês subsequente. A maior parte dos repasses é destinada às Entidades de Classe, 58,14%, e às Instituições Financeiras, 38,98%. Também compõem esse valor as retenções de ISS devidas às diversas prefeituras com 2,58% e os Depósitos Judiciais compondo 0,30%.

Do total, R\$161,05 foram retidos pela Unidade Executora 1090024, Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários - TDCO 065/2021, e referem-se a ISS retido em dezembro de 2022 e recolhido em janeiro de 2023.

O Passivo Circulante também foi inventariado em duas datas, 31/10/2022 e 31/12/2022, pela comissão, conforme SEI 19.16.3850.0139823/2022-69, instituída pelo Procurador-Geral de Justiça, através da Portaria nº 3.901, em 26/10/2022. Em seu relatório Preliminar a comissão encontrou saldo insubsistente na conta contábil 2.1.3.1.1.01.00 - Fornecedores e Contas a Pagar no valor de R\$15.214,28, devidamente cancelados no exercício de 2022. No relatório conclusivo, data-base 31/12/2022, atestou o saldo do Passivo Circulante.

2.3.3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido, de acordo com o MCASP, é a diferença entre os ativos e os passivos após a inclusão de outros recursos e a dedução de outras obrigações.

No Patrimônio Líquido deve ser evidenciado o resultado do período, segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores, além de outros itens, conforme quadro abaixo:

CONTA		2022	2021
2.3.7.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	497.118.380,45	438.694.849,21
2.3.7.1.1	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDAÇÃO	(17.323.540.197,98)	(15.028.179.554,13)
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	(2.295.360.643,85)	(2.071.807.575,28)
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	(15.028.179.554,13)	(12.956.371.978,85)
2.3.7.1.2	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS	17.820.846.606,67	15.466.971.504,49
2.3.7.1.2.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	2.353.875.102,18	2.149.972.037,45
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	15.466.971.504,49	13.316.999.467,04
2.3.7.1.3	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIÃO	(154.828,24)	(97.101,15)
2.3.7.1.3.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	(57.727,09)	(73.760,08)

2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	(97.101,15)	(23.341,07)
2.3.7.1.5	SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICÍPIO	(33.200,00)	0,00
2.3.7.1.5.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO	(33.200,00)	0,00

Observa-se que em 2022, a Procuradoria-Geral de Justiça apresentou um superávit de R\$58.423.531,24, demonstrando eficiência na gestão patrimonial da Instituição. Este resultado foi apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais e incorporado ao PL. No Balanço Patrimonial é obtido pelo o somatório das contas 2.3.71.1.01, 2.3.7.1.2.01, 2.3.7.1.3.01 e 2.3.7.1.5.01.

O resultado do exercício foi cerca de 25% menor que o apurado em 2021, o que demonstra um maior equilíbrio entre as Variações Aumentativas e as Diminutivas. As alterações patrimoniais que justificaram a variação do valor do PATRIMÔNIO LÍQUIDO, encontram-se detalhadas nas notas explicativas à Demonstração das Variações Patrimoniais.

2.3.4. Ativos e Passivos Financeiros e Patrimoniais

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS	2022	2021
ATIVO		
ATIVO FINANCEIRO	373.511.560,87	414.790.911,19
ATIVO PERMANENTE	204.145.248,92	168.101.451,48

TOTAL DO ATIVO	577.656.809,79	582.892.362,67
PASSIVO		
PASSIVO FINANCEIRO	238.814.867,66	310.016.801,44
TOTAL DO PASSIVO	238.814.867,66	310.016.801,44
SALDO PATRIMONIAL	338.841.942,13	272.875.561,23

O ATIVO FINANCEIRO compreende os créditos e valores realizáveis independentemente de autorização orçamentária e os valores numerários.

No ATIVO PERMANENTE encontram-se os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

O PASSIVO FINANCEIRO engloba as dívidas fundadas e outros pagamentos que independam de autorização orçamentária.

No quadro acima, observa-se a capacidade da Instituição em quitar suas obrigações com tranquilidade, visto que, o PASSIVO FINANCEIRO equivale a 64% do ATIVO FINANCEIRO e representa 41% do total do ATIVO da Instituição.

Ademais, o superávit financeiro apresentado, que é obtido pela diferença entre ATIVO FINANCEIRO e PASSIVO FINANCEIRO, no valor de R\$134.696.693,21, demonstra uma gestão financeira eficiente e equilibrada. Esse cálculo torna-se importante, visto que, o superávit financeiro poderá ser utilizado no próximo exercício para a abertura de créditos adicionais.

2.3.5. Quadro das Contas de Compensação

Compreendem as contas representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos. Os Atos Potenciais ativos e passivos a executar, de acordo com o MCASP, potencialmente podem afetar o patrimônio do ente. O Quadro abaixo foi extraído do Balanço Patrimonial elaborado pela SEF/MG.

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2022	2021
GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	29.545.651,71	22.664.955,89
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS ATIVOS	29.545.651,71	22.664.955,89

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2022	2021
OBRIGAÇÕES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES	320.186,64	0,00
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	589.326.350,25	509.306.805,39
TOTAL DOS ATOS POTENCIAS PASSIVOS	589.646.536,89	509.306.805,39

2.3.5.1. Garantias e Contragarantias Recebida

As GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS são decorrentes de Fianças e Apólices de Seguros ofertadas em garantia aos contratos firmados pelo MPMG, sendo controlados pela Diretoria de Contratos e a responsabilidade pelos registros contábeis é da Diretoria de Contabilidade.

CONTA		2022	2021
8.1.1.1.1.01.01	FIANÇAS BANCÁRIAS RECEBIDAS A EXECUTAR	363.043,23	529.728,39
8.1.1.1.1.02.01	APÓLICE DE SEGUROS RECEBIDAS A EXECUTAR	29.182.608,48	22.135.227,50

Todas as garantias ofertadas estão previstas no Art. 56 da Lei 8.666/93. Importante salientar que, a PGJMG possui dois registros de Títulos Caucionados, também ofertados como garantia a contratos e igualmente previstos na Lei 8.666/93, porém, seu valor de R\$7.121,36 não foi considerado no Quadro das Contas de Compensação.

2.3.5.2. Execução das Obrigações Contratuais

As conciliações das Obrigações Contratuais são realizadas mensalmente pela Diretoria de Contabilidade e incluem contratos de fornecimento, aluguel, execução de obras e contratos de serviços, sendo, este último, o mais significativo, representando 74,60% do total, conforme quadro abaixo:

CONTA		2022	2021
8.1.2.3.1.01	CONTRATO DE FORNECIMENTO - A EXECUTAR	22.258.658,90	29.399.901,57
8.1.2.3.2.0	CONTRATO DE SERVIÇO - A EXECUTAR	448.105.415,90	379.927.379,85
8.1.2.3.3.01	CONTRATO DE ALUGUEL - A EXECUTAR	57.943.346,68	44.224.890,23
8.1.2.3.4.01	CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRAS - A EXECUTAR	61.018.928,77	55.754.633,74
TOTAL		589.326.350,25	509.306.805,39

Nota-se um aumento nas Obrigações Contratuais a executar, com destaque aos contratos de serviços, devido a Termos Aditivos firmados. Parte das obrigações de serviços, o valor de R\$531.924,25, pertence à Unidade Executora 1090024, criada para a execução do Termo de Descentralização de Créditos Orçamentários - TDCO 065/2021, firmado com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão e, embora as Demonstrações Contábeis da PGJ sejam consolidadas com o TDCO, a execução, os registros contábeis dela derivados, bem como a correta aplicação dos recursos do Termo de Descentralização, são de responsabilidade do Órgão Gerenciador do Crédito Orçamentário, conforme artigos 5º e 6º do Decreto 46.304/2013.

Entre os contratos de serviços, os mais expressivos são de terceirização de pessoal da atividade meio, os de serviços ligados a informática e tecnologia da informação, assim como os de engenharia e projetos. Já entre os contratos de fornecimento, os mais relevantes são os referentes aos equipamentos de informática, combustíveis e mobiliário.

A comissão designada para inventariar Valores em Tesouraria, o levantamento completo das obrigações constantes dos grupos Passivo Circulante e Não Circulante,

Restos a Pagar Processados e Não Processados, bem como das Contas de Controle, representativas dos Atos Potenciais Ativos e Passivos, conforme Portaria nº 3.901/2022, apontou em seu relatório conclusivo a existência de Atos Potenciais Passivos, que podem afetar o patrimônio e que não estão contabilizados nas contas de Contratos a Executar do grupo de Obrigações Contratuais.

Cabe esclarecer que existem contratos registrados somente no SIAFI e que não estão registrados no SIAD, devido a sua natureza. Logo, esta afirmação da Comissão Inventariante está imprecisa, uma vez que as Demonstrações Contábeis refletem os saldos do SIAFI, sistema no qual todas as obrigações contratuais encontram-se devidamente registradas. Ademais, o saldo desta conta foi validado no Relatório da Auditoria Interna sobre as contas no exercício de 2022.

2.3.5.3. Quadro Ajustado das Contas de Compensação

O Ministério Público de Minas Gerais possui outras contas de Atos Potenciais, Ativos e Passivos, que não foram consideradas no Quadro das Contas de Compensação, dentre elas podemos destacar, as contas de RESPONSÁVEIS POR BENS ENTREGUES – CESSÃO DE USO OU COMODATO, OBRIGAÇÕES DE PESSOAL A APROPRIAR e RESPONSÁVEIS POR BENS RECEBIDOS POR CESSÃO DE USO OU COMODATO.

2.3.5.3.1. **Responsáveis por Bens entregues sessão de uso e comodato**

No encerramento do exercício a PGJ possuía 3 imóveis registrados como sessão de uso e comodato, porém o contrato 123/2012, firmado com o Tribunal Regional

Eleitoral de Minas Gerais, no valor de R\$327.950,00, foi rescindido em dezembro de 2022, conforme apontado pela Auditoria Interna em seu Relatório sobre as contas do exercício de 2022. Isto posto, foi registrada a baixa, por esta Diretoria de Contabilidade em 23/01/2023, através da Nota de Lançamento Contábil (NLC) nº 726.

A Auditoria Interna, ainda sobre essa rubrica, mencionou a necessidade de ajuste contábil no valor de R\$363,05, referente ao 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 151/2018, SEI nº 19.16.3914.0123708/2022-42, celebrado com a empresa Comercial Nunes Ltda. O registro foi providenciado pela DCON, em 21/04/2023, através da NLC nº 5360.

Assim, após as mencionadas correções, o saldo conciliado da conta RESPONSÁVEIS POR BENS ENTREGUES – CESSÃO DE USO OU COMODATO, é R\$1.380.513,65.

2.3.5.3.2. Obrigações de Pessoal a Apropriar

O MPMG reconhece a existência da dívida, decorrente do somatório de saldos de URV - Unidade Real de Valor, Diferença de Subsídio, Ajuda de Custo, PAE – Parcela Autônoma de Equivalência, ATS - Adicional de Tempo de Serviço devida aos membros, bem como saldo remanescente de Datas-bases dos exercícios de 2013 a 2021 e movimentação da Carreira do exercício de 2018 a 2021 devida aos servidores, embora não conste no Quadro das Contas de Compensação. O saldo conciliado em 31/12/2022 é R\$1.803.977.523,65 e encontra-se registrado no grupo ATOS POTENCIAIS PASSIVOS na conta 8.1.2.9.1.12 - OBRIGAÇÕES DE PESSOAL A APROPRIAR.

A diferença entre o saldo contábil e o conciliado, deve-se ao ajuste realizado por esta Diretoria de Contabilidade, após o encerramento do exercício, através da NLC 2276, no valor de R\$6.324.625,42.

Insta salientar que o registro desta dívida reconhecida em Atos Potenciais Passivos, deu-se por orientação da Superintendência Central de Contadoria Geral da Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, consoante documento OF/SEC/GAB/SEF/N.º 525, de 19/09/2016.

O aumento do saldo desta conta, em relação ao registrado em 2021, é decorrente, basicamente, do acréscimo nos valores devidos de URV, resultado do recálculo de valores da verba, em cumprimento à decisão proferida pela Câmara de Procuradores de Justiça, órgão especial do Colégio de Procuradores de Justiça, conforme informações contidas nos processos SEI nº19.16.1946.0050078/2021-72 e nº19.16.2292.0011273/2022-58.

Informações sobre o cálculo e a contabilização desta dívida, encontra-se nas Notas Explicativas ao Balancete de dezembro/2022 e no Relatório da Auditoria Interna sobre as contas do Exercício de 2022, que são partes integrantes da Prestação de Contas Anual da Procuradoria-Geral de Justiça.

2.3.5.3.3. Responsáveis por Bens Recebidos por Cessão De Uso ou Comodato

A PGJ possui registro de 4 contratos recebidos por cessão de uso ou comodato, no valor de R\$566.704,64, todavia existem ainda oito contratos de Imóveis em Cessão de Uso ou Comodato que não se encontram contabilizados devido à falta de atribuição de valores aos bens.

Cabe esclarecer que a Superintendência de Finanças está ciente da situação e, por meio da Diretoria de Contabilidade, controla os contratos sem registro, evidenciando-os nas Notas Explicativas mensais e tem procurado a melhor forma a fim de registrá-los de forma a refletir a realidade dos Atos Potenciais Ativos e Passivos da Instituição.

**2.3.5.3.4. Comparativo Ajustado – Quadro das Contas de
Compensação**

As Demonstrações Contábeis da Instituição foram elaboradas pela SEF/MG e por meio de sua Diretoria Central de Contabilidade Governamental (SCCG), nos informou que, o quadro em questão foi elaborado de acordo com orientações editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional, todavia nem todos os atos potenciais foram considerados na elaboração. Não obstante, a Diretoria de Contabilidade apresenta o Quadro Ajustado das Contas de Compensação, considerando os valores registrados como Atos Potenciais Ativos e Passivos e os ajustes realizados após o encerramento do exercício em análise:

	2022	2021
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
FIANCAS BANCARIAS RECEBIDAS	363.043,23	529.728,39
APOLICE DE SEGUROS RECEBIDAS	29.182.608,48	22.135.227,50
RESPONSÁVEIS POR TÍTULOS CAUCIONADOS	7.121,36	151.024,35
RESPONSÁVEIS POR BENS ENTREGUES P/CESSÃO DE USO/CESSÃO ONEROSA E/COMODATO	1.380.513,65	1.751.934,37
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	30.933.286,72	24.567.914,61
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		

OBRIGACOES CONVENIADAS A EMPENHAR	320.186,64	
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS A EXECUTAR	589.326.350,25	509.306.805,39
RESPONSÁVEIS POR BENS RECEBIDOS P/CESSAO DE USO/COMODATO/DOACOES	566.704,64	648.804,47
OBRIGACOES DE PESSOAL A APROPRIAR (saldo conciliado conforme NE ao Balancete Dezembro/2023)	1.803.977.523,65	974.411.170,14
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.394.190.765,18	1.484.366.780,00

2.3.6. Dívida Ativa

O valor de R\$34.145,01, inscrito em Dívida Ativa, refere-se à multa administrativa em favor da PGJ, imputada à empresa Heberth Gomes França-ME, inscrita sob o CNPJ nº 05.198.462/0001-89, por descumprimento da cláusula segunda e cláusula quinta, alínea "a" e anexos I e II e Lei Federal nº 8.666/93, art. 66.

Este valor foi enviado à Advocacia Geral do Estado para cobrança em 02/09/2021, por meio do ofício SGA/PGJAA/PGJ nº 048/2021, processo SEI nº 19.16.0260.0003445/2019-82, PA nº 07/2019, contrato nº 150/2016, SIAD nº 9085296, solicitando sua inclusão em dívida ativa.

Em retorno a este procedimento, a AGE confirmou a inscrição na Dívida Ativa em 25/03/2022, conforme certidão documento SEI 3249584. Tal valor não consta registrado nos Atos Potenciais da Instituição, devido à falta de parâmetros para o registro no SIAFI, conforme orientação da SCCG em 11/08/2022, chamado nº 1.154.148, no qual informam que estão avaliando esta demanda.

2.4. NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

De acordo com o MCASP, a Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do exercício é obtido pela diferença entre as Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), sendo neste exercício, superavitário, no valor de R\$58.423.531,24.

2.4.1. Variações Patrimoniais Aumentativas

As variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) são transações que correspondem a aumentos na situação patrimonial líquida da entidade não oriundos de contribuições dos proprietários.

VPA		2022	2021	VARIAÇÃO	%
4.3	EXPLORACAO E VENDA DE BENS, SERVICOS E DIREITOS	6.954.700,60	47.831.207,80	-40.876.507,20	(85)
4.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	34.534.634,39	12.791.736,05	21.742.898,34	170

4.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	2.871.772.611,96	2.683.491.074,85	188.281.537,11	7
4.6	VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	1.971.844,97	1.645.298,01	326.546,96	20
4.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	120.905.840,24	35.045.284,63	85.860.555,61	245
TOTAL		3.036.141.653,16	2.780.806.622,34	255.335.030,82	9

As TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS representaram 95% de todas as Variações Patrimoniais Aumentativas e OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS representaram 1,26% do total arrecadado.

Em 2022, as Variações Patrimoniais Aumentativas apresentaram aumento de 9% em relação a 2021, devido, especialmente, ao aumento das receitas em TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES FINANCEIRAS RECEBIDAS.

Também contribuíram para o aumento das VPAs o grupo OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS, cuja majoração em relação ao exercício anterior foi decorrente dos pagamentos de Restos a Pagar transferidos para o exercício de 2022, registrados na conta 4.9.9.9.2.88.02 VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES.

O saldo da conta 4.9.9.9.1.77.01.04 VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA OBRIG LIQ PAGAR EXERC ANTERIOR RPP B.F, de R\$2.018.621,70, é oriundo em sua maior parte, do cancelamento de folha de pagamento de pessoal liquidadas em exercícios anteriores.

Houve aumento de 170% nas VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS, nas quais se registra os rendimentos financeiros obtidos através dos

recursos da PGJ que estão aplicados em Títulos Públicos. A variação apresentada foi justificada pela alta nos rendimentos dos fundos de renda fixa, balizados pelo aumento da taxa SELIC no exercício.

Já a EXPLORAÇÃO E VENDAS DE BENS E DIREITOS, tem o saldo atual composto por 6.308 inscrições realizadas para o LIX Concurso de Ingresso na Carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$1.917.632,00, e 54.458 inscrições para Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva nos cargos de oficial e analista do quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, no valor de R\$5.025.549,01. Apresentou expressiva redução em relação ao exercício anterior, devido ao Termo de Adesão 084/2021 ao contrato de Prestação de Serviços Financeiros Nº1900010957/2021, firmado com o Banco Itaú Unibanco S.A., naquele ano, relativo à exploração da folha de pagamento de pessoal do MPMG, na ordem de R\$ 45.024.375,80.

A majoração de 20% na rubrica VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS deveu-se, principalmente, ao aumento de aquisição de material de manutenção, em comparação ao exercício anterior.

2.4.2. Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) são transações que promovem diminuições na situação patrimonial líquida da entidade não oriundas de distribuições aos proprietários.

VPD		2022	2021	VARIAÇÃO	%
3.1	PESSOAL E ENCARGOS	1.896.482.809,30	1.782.519.040,04	113.963.769,26	6
3.2	BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	342.868.359,69	316.895.724,04	25.972.635,65	8
3.3	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	244.699.122,24	188.213.985,10	56.485.137,14	30
3.4	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	23.121,31	8.084,72	15.036,59	186
3.5	TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	239.865.176,36	261.363.060,40	-21.497.884,04	(8)
3.7	TRIBUTÁRIAS	432.996,09	412.278,90	20.717,19	5
3.9	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	253.333.213,67	153.301.726,05	100.031.487,62	65
TOTAL		2.977.704.798,66	2.702.713.899,25	274.990.899,41	10%

As Variações Patrimoniais Diminutivas apresentaram acréscimo de 10% em relação ao exercício anterior, compatível com a variação positiva observada nas VPAs.

PESSOAL E ENCARGOS representaram 64% do total dos gastos, sendo observado aumento nesta rubrica de 6 pontos percentuais em relação ao exercício anterior. Esse acréscimo é decorrente do aumento vegetativo na carreira e pagamento de verbas em atraso a Membros Ativos e Inativos, além do pagamento de promoções, progressões na carreira e data-base, também em atraso, dos servidores.

O crescimento apresentado na VPA com USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO de 30%, deu-se, em maior parte, pelo crescimento da máquina administrativa e à contratação de novos serviços visando a modernização da Instituição para melhor atender à sociedade.

Por fim, foi observado aumento de 65% em OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS, sendo que a conta VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE OUTROS FATOS GERADORES foi a principal responsável por este acréscimo. Isto, devido ao aumento de Restos a Pagar transferidos para o exercício de 2022, quando comparado com 2021. Neste mesmo grupo a conta BAIXA DE BENS E DIREITOS teve um acréscimo de 198%, devido às doações de bens, classificados como inservíveis para a Instituição, dos quais destacam-se os equipamentos de informática.

2.5. NOTAS EXPLICATIVAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Segundo o MCASP a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) permite identificar as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período e o saldo do caixa na data das demonstrações. A DFC permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada pelo Método Direto evidenciando a movimentação de caixa e de seus equivalentes, nas atividades Operacionais e de Investimentos, uma vez que a Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais não possui Empréstimos ou Financiamentos.

As ATIVIDADES OPERACIONAIS geraram Fluxo de Caixa Líquido na ordem de R\$47.804.405,07. A maior fonte de ingresso de recursos deste grupo foram as TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RP, que equivalem a 93% do total, enquanto o maior desembolso é o de PESSOAL E DEMAIS DESPESAS que representa 90% do total das saídas de recursos.

A redução de 64% no Fluxo de Caixa Operacional gerado no atual exercício quando comparado ao ano anterior, deve-se, em especial, ao aumento nos desembolsos, demonstrando um melhor aproveitamento dos recursos arrecadados.

As Atividades de Investimentos geraram Fluxo de Caixa Líquido negativo no valor de R\$7.146.909,56, decorrente da aquisição de bens permanentes e a inexistência de Receita de Capital. No exercício atual, a totalidade dos Ingressos de Recursos desta fonte vem das TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – RP.

A GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA através das duas atividades apresentadas, acarretou Resultado Positivo apresentado no Balanço Financeiro, de R\$40.657.495,51, resultado este, 60% menor em relação ao valor de caixa gerado em 2021.

Diante do exposto, é possível observar a gestão prudente e equilibrada da Instituição que, apesar dos aumentos apresentados nos desembolsos da atividade operacional, obteve resultado positivo de 1,48% do total dos recursos arrecadados.

3. PARECER CONCLUSIVO SOBRE AS CONTAS

Cabe ressaltar que a Auditoria Interna do Ministério Público, em seu Relatório sobre as Contas, concluiu que as Demonstrações Contábeis do exercício encerrado em 31/12/2022, incluindo as Notas Explicativas dessas demonstrações, refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição orçamentária, financeira e patrimonial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e opinou, pela regularidade das contas do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

4. CONCLUSÃO

Apresentadas as Notas Explicativas, que integram as Demonstrações Contábeis da Procuradoria de Justiça de Minas Gerais, a Superintendência de Finanças, por meio da Diretoria de Contabilidade, atesta que informações apresentadas nestas Notas Explicativas são fidedignas e refletem a realidade da gestão do patrimônio da Instituição.

Belo Horizonte, 27 de abril 2023

Mariana Silva Neves Pereira

Analista do MP

MAMP 4030-00

CRCMG 90.841

Responsável pela Emissão

Letícia Mara de Souza Silva

Coordenadora

MAMP 6138-00

CRCMG 101.600

Contadora

Danilo Botelho de Carvalho

MAMP 4537-00

Superintendente de Finanças